

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

AUTOPRODUÇÃO POR UMA QUESTÃO DE CLASSE: O BAIRRO VILA PALMEIRA EM SÃO LUÍS (MA)

JÉSSICA COSTA DIAS

SÃO LUÍS
2021



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JÉSSICA COSTA DIAS

**AUTOPRODUÇÃO POR UMA QUESTÃO DE CLASSE: o bairro Vila Palmeira em
São Luís (MA)**

São Luís

2021

JÉSSICA COSTA DIAS

**AUTOPRODUÇÃO POR UMA QUESTÃO DE CLASSE: o bairro Vila Palmeira em
São Luís (MA)**

Monografia apresentada ao Curso de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Estadual do Maranhão para obtenção do grau de
bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Esp. Nairama Pereira
Barriga Feitosa

São Luís

2021

Universidade Estadual do Maranhão. Sistema Integrado de Bibliotecas da UEMA.

D541a

DIAS, Jéssica Costa.

Autoprodução Por uma Questão de Classe: o bairro Vila Palmeira em São Luís (MA). / Jéssica Costa Dias. – São Luís, 2021.

61 f. : il.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Maranhão, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2021.

Orientadora: Profa. Esp. Nairama Pereira Barriga Feitosa.

1. Autoprodução. 2. Vila Palmeira. 3. Moradia popular. I. Título.

CDU: 728.1(812.1)

JÉSSICA COSTA DIAS

**AUTOPRODUÇÃO POR UMA QUESTÃO DE CLASSE: o bairro Vila Palmeira em
São Luís (MA)**

Monografia apresentada ao Curso de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Estadual do Maranhão para obtenção do grau de
Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

Profa. Esp. Nairama Pereira Barriga Feitosa (Orientadora)

Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Esp. José Ricardo de Jesus Pinto Cordeiro

Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Esp. Cintia Maria de Aguiar Moraes

Faculdade Pitágoras

Dedico este trabalho a Dalia e Nonato, meus avós paternos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo. Tudo mesmo. Ele sabe.

Aos meus pais, Jailson e Rosinete, pelo amor, incentivo e por sempre acreditarem em mim. Às minhas irmãs, Ingred e Nicolle, por serem minhas melhores amigas, e o alívio cômico nos momentos de estresse.

À minha família, por todo o amor e atenção. À urbana: meus avós Dalia e Nonato, e tios Josabeth, Josedélia, Jacqueline, Jonilson, Josenilton e Josenilson, pela infância maravilhosa passada em grande parte na companhia deles; e à rural: vó Rosa e vô Júlio, tios Júlio, Tolentino, Rosa, Lêda, Dete e Dália, e meus primos Leandro, Renilson, Francilene, Rodson, Edmilla e Talessa, por fazerem eu me sentir amada apesar da distância, e pelas férias e visitas maravilhosas. Também agradeço aos tios do coração Rômulo e Jô, que são uma prova de que amizades verdadeiras existem sim.

Aos meus amigos Bia, Larissa, Patrícia e Fernanda, CLL (formado por Tatiana, Isabella, Bianca, Ivy, Mariana, Juliana, Thaisa, Moisés, Luís, Matthias e Vinicius). Tenho a sorte de ter amigas senhorinhas a quem agradecer também: dona Dora e dona Delci. Também sou grata a minhas amigas da faculdade: Catherine, Raphisa e Tauanda, que me acompanharam na graduação e são figuras emblemáticas desses anos.

Aos colegas de trabalho no LATESE: Carol, Gabi, Marcos e Manoel. Tenho que dar destaque a Aylla, que era uma colega de turma, virou colega de laboratório e agora é uma das minhas melhores amigas.

Aos professores que tiveram maior presença na minha formação: professor Frederico Burnett, que foi meu orientador de pesquisa por dois anos e me apresentou à autoprodução; à professora Clara Souza, que também considero uma amiga, por toda a ajuda e companheirismo; às professoras Thais Zenkner e Jussara Nogueira, que me proporcionaram a experiência de ser monitora e poder aprender a partir de um ângulo diferente; e à professora Rose Panet, minha primeira grande inspiração na FAU. E um obrigada mais que agradecido à professora Nairama Barriga, por ter me adotado como orientanda de monografia.

Aos meus colegas de turma, principalmente Lucas, Alícia, Ana Célia, Gabriel e Ana Luiza, por toda a ajuda e bons momentos.

E por fim, aos moradores e moradoras que possibilitaram este trabalho, ao aceitarem ser entrevistados e dividir comigo parte da história de suas vidas.

“É sempre assim o curso dos fatos que movem as rodas do mundo: as mãos pequenas os realizam porque precisam, enquanto os olhos dos grandes estão voltados para outros lugares.”

J.R.R. Tolkien

RESUMO

A Autoprodução, meio comum de obtenção da casa própria no Brasil, é definida como o processo em que os próprios moradores, sem a ajuda de técnicos (como arquitetos e engenheiros), gerem a construção de suas casas. Recorrente na realidade brasileira, essa prática é comumente utilizada pela classe trabalhadora e origina também bairros populares, muito presentes nos ambientes urbanos brasileiros, e seu entendimento é de grande importância para a documentação dos modos de viver da população. Assim, o objetivo geral deste trabalho é apresentar o processo de formação do bairro autoproduzido Vila Palmeira, localizado em São Luís, capital do Maranhão, e expor os processos de autoprodução de moradias nele encontrados; para isso, relata a formação dos espaços urbanos e rurais brasileiros e apresenta o histórico dos programas habitacionais federais empreendidos até o final dos anos 1970. Os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, a entrevista estruturada e de livre narrativa, e o estudo de caso, com análise de imagens de satélite e de dados primários coletados em entrevistas. Também foram utilizados levantamentos da pesquisa A moradia popular autoconstruída no Maranhão: Regime de Propriedade, Modos de Produção, Morfologia e Tipologia Urbana e Rural, do Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (LATESE/UEMA). Ao texto, foram contextualizados trechos de músicas do grupo Chico Science & Nação Zumbi, banda recifense que retratou, em suas canções, as questões sociais e urbanas aqui expostas.

Palavras-chave: Autoprodução. Vila Palmeira. Moradia Popular.

ABSTRACT

Self-production, a common means of obtaining a home in Brazil, is defined as the process in which the residents themselves, without the help of technicians (such as architects and engineers), manage the construction of their homes. Recurring in the Brazilian reality, this practice is commonly used by the working class and also originates popular neighborhoods, very present in Brazilian urban environments, and its understanding is of great importance for the documentation of the population's ways of living. Thus, the general objective of this work is to present the process of formation of the self-produced neighborhood Vila Palmeira, located in São Luís, capital of Maranhão, and to expose the processes of self-production of houses found in it; to this end, it reports the formation of Brazilian urban and rural spaces and presents the history of federal housing programs undertaken until the late 1970s. The technical procedures used were bibliographic research, structured and free narrative interview, and case study, with analysis of satellite images and primary data collected in interviews; data from the research “A moradia popular autoconstruída no Maranhão: Regime de Propriedade, Modos de Produção, Morfologia e Tipologia Urbana e Rural”, from the Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (LATESE/UEMA) were also used. In the text, excerpts of songs from the group Chico Science & Nação Zumbi, a band from Recife that portrayed in their songs the social and urban issues exposed here, were contextualized.

Keywords: Self-production. Vila Palmeira. Popular housing.

RÉSUMÉ

L'autoproduction, un moyen courant d'obtenir une maison au Brésil, est définie comme le processus par lequel les résidents eux-mêmes, sans l'aide de techniciens (tels que des architectes et des ingénieurs), gèrent la construction de leurs maisons. Récurrente dans la réalité brésilienne, cette pratique est couramment utilisée par la classe ouvrière et est également à l'origine de quartiers populaires, très présents dans les milieux urbains brésiliens, et sa compréhension est d'une grande importance pour documenter les moyens de vivre de la population. Ainsi, l'objectif général de ce travail est de présenter le processus de formation du quartier autoproduit de Vila Palmeira, situé à São Luís, capitale du Maranhão, et d'exposer les processus d'autoproduction des maisons qui s'y trouvent; à cette fin, il rend compte de la formation des espaces urbains et ruraux brésiliens et présente l'histoire des programmes fédéraux de logement entrepris jusqu'à la fin des années 1970. Les procédures techniques utilisées étaient la recherche bibliographique, l'entretien narratif structuré et libre et l'étude de cas, avec l'analyse des images satellites et des données primaires recueillies lors des entretiens et de la recherche "A moradia popular autoconstruída no Maranhão: Regime de Propriedade, Modos de Produção, Morfologia e Tipologia Urbana e Rural", du Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (LATESE/UEMA). Au texte, des extraits de chansons du groupe Chico Science et Nação Zumbi, un groupe de Recife qui a dépeint, dans leurs chansons, les problèmes sociaux et urbains exposés ici ont été contextualisés.

Keywords: Autoproduction. Vila Palmeira. Logement populaire.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS E RURAIS BRASILEIROS	14
1.1 Legislações de propriedade fundiária no Brasil – <i>“onde os urubus tem asas”</i>	14
1.2 Mudança de paradigma econômico – <i>“e a cidade se apresenta centro das ambições”</i>	20
1.3 Urbano e Rural no Brasil – <i>“ilusora de pessoas de outros lugares, a cidade e sua fama”</i>	22
2. DÉFICIT HABITACIONAL E AUTOPRODUÇÃO	24
2.1 Políticas habitacionais brasileiras – <i>“há um tempo atrás se falava em solução, há um tempo atrás se falava em progresso”</i>	25
2.2 Autoprodução – <i>“o homem coletivo sente a necessidade de lutar”</i>	29
3. AUTOPRODUÇÃO EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO	32
3.1 São Luís do Maranhão – <i>“onde a lama é a insurreição”</i>	32
3.2 Vila Palmeira – <i>“incrustada na lama dos manguezais”</i>	32
3.2.1 Histórico e tipologia da comunidade	33
3.2.2 Moradias	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	57

INTRODUÇÃO

A Autoprodução, meio comum de obtenção da casa própria no Brasil, é definida como o processo em que os próprios moradores, sem a ajuda de técnicos (como arquitetos e engenheiros), gerem a construção de suas casas. Muito presente na realidade brasileira, essa prática é o meio pelo qual as classes trabalhadoras – sobretudo as de rendas mais baixas – têm acesso à moradia própria, e sua frequente ocorrência escancara a grande lacuna decorrente da falta de políticas públicas de habitação eficazes.

Desde os primeiros empreendimentos desse tipo, os governos brasileiros nunca conseguiram sanar significativamente o problema habitacional, e sempre falharam no que se refere à inclusão das camadas mais pobres nestes programas; de acordo com Burnett (2011, p. 79), “o desafio de oferecer habitação aos que se encontram fora dos interesses do capital imobiliário nunca foi enfrentado”. Este foi um dos fatores que deu origem a um problema que se arrasta até os dias atuais sem apresentar perspectiva de melhora: o enorme déficit habitacional brasileiro, estimado em 5,876 milhões de domicílios no ano de 2019 (FJP, p. 113). “No Maranhão, o déficit habitacional total é estimado em 392.517 unidades (FJP, 2016). Deste total, 222.325 mil unidades estão no campo, fato que classifica o estado como o de maior déficit habitacional rural do país” (SOUZA, 2017, p. 24).

É importante conhecer as práticas utilizadas pela população para prover suas necessidades, na falta de políticas públicas que as supram. Assim, constrói-se um conhecimento indispensável para o entendimento das dinâmicas das populações, contribuindo para a construção de futuras ações de combate a esses problemas, que a partir disso podem ser mais efetivas e adequadas; além disso, as formas de viver de um povo devem ser devidamente reconhecidas como parte constituinte da sua história e cultura, e por isso, precisam ser documentadas. Portanto, esta pesquisa foi proposta com o objetivo de agregar material aos trabalhos já existentes afins do seu tema principal, a Autoprodução.

O objetivo geral do trabalho é apresentar o processo de autoprodução do bairro Vila Palmeira, localizado em São Luís, capital do Maranhão, relatando a formação dos espaços urbanos e rurais brasileiros; apresentando o histórico dos programas habitacionais federais empreendidos até o final dos anos 1970; pesquisar como aconteceu a formação do bairro, por meio de entrevistas e análise de imagens de satélite, e por fim, expor os processos de autoprodução encontrados. Por conta da natureza descritiva do trabalho, a abordagem do problema foi feita de forma qualitativa, considerando a “relação dinâmica entre o mundo real e

o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (...), [onde a] interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas” (SILVA E MENEZES, 2005, p.20).

Os procedimentos técnicos nos quais a investigação apoiou-se foram a pesquisa bibliográfica, a entrevista estruturada – que “desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados” (GIL, 2008, p. 113) – e de livre narrativa, onde “se solicita ao entrevistado discorrer sobre o tema pesquisado” (CARVALHO, 1998, p. 155), além do estudo de caso, com análise de dados primários coletados nos levantamentos da pesquisa A moradia popular autoconstruída no Maranhão: Regime de Propriedade, Modos de Produção, Morfologia e Tipologia Urbana e Rural, do Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (LATESE/UEMA), cuja experiência serviu como base e incentivo para o interesse pessoal sobre o tema da autoprodução da moradia popular.

Portanto, foram feitas leitura e análise de textos que tratam do surgimento dos ambientes brasileiros, das políticas habitacionais e da prática da autoprodução. A análise de dados primários objetivou o conhecimento da ocorrência dessas práticas, na área de recorte escolhida. Os relatos dos moradores sobre o processo de produção do bairro e das casas também foram explorados, de modo que fossem coletadas todas as informações pertinentes para a obtenção dos resultados propostos. Novas entrevistas foram feitas em período posterior ao da citada pesquisa, objetivando o aumento da quantidade de moradias expostas (que totalizaram sete) e o conhecimento da história do bairro.

As entrevistas foram feitas respeitando as medidas de segurança em relação à pandemia de Covid-19, com distanciamento entre cada morador entrevistado e a entrevistadora, e uso de máscaras de proteção por parte de ambos; além disso, pelo mesmo motivo, não foram realizados os levantamentos arquitetônicos de todas as moradias expostas. As três casas de que foram apresentadas plantas baixas foram visitadas durante a já citada pesquisa A moradia popular autoconstruída no Maranhão: Regime de Propriedade, Modos de Produção, Morfologia e Tipologia Urbana e Rural, no ano de 2019, o que possibilitou a exposição das plantas.

O estudo das cidades brasileiras leva, primeiramente, ao estudo da história do Brasil; assim, é possível entender a atual configuração do território e seus problemas sociais. Ao visitar a trajetória do país desde seu início e focar no âmbito territorial, se aprende que a concentração fundiária observada e tão problematizada (atualmente e há bastante tempo) possui

profundas raízes históricas e está presente desde as Capitânicas Hereditárias, primeira política de concessão de terras aqui empreendida, ainda na época da colônia; portanto, o início deste trabalho relata as legislações fundiárias utilizadas no Brasil desde o início de sua colonização, com base em Brasil (1850), Jhanel (1987), Treccani (2009) e Silva (2016), e chega à importante modificação na economia nacional, com a (tentativa de) transformação do país agricultor em país industrial. Dentre os efeitos dessa mudança econômica nas cidades, há o expressivo êxodo rural que inicia uma “verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira” (SANTOS, 1993, p. 29). A exposição desse processo de urbanização se baseou em Fausto (2006), Baron (2011) e Silva (2016). Ainda no primeiro capítulo, as características dos meios urbano e rural são expostas conforme os estudos de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981 apud Paula e Mendes, 2007), para basear a análise de seus rebatimentos na dinâmica das comunidades.

O segundo capítulo traz os desdobramentos dessa mudança de perfil populacional (antes majoritariamente rural, agora majoritariamente urbano), expondo as tentativas governamentais de políticas habitacionais, cujas análises relatam programas excludentes que “foram sendo descaracterizados e acabaram por ficar fora do alcance daqueles para quem tinham sido originalmente destinados”, segundo análise de Burnett (2011, p. 79). Essa exclusão gera nos grupos negligenciados a necessidade de buscar formas alternativas de obtenção de cidade para viver e casa para morar, e assim surgem as ocupações informais, constituídas de espaços e moradias construídos pelos seus próprios ocupantes. Esses processos se enquadram no conceito da Autoprodução, palavra-chave central deste trabalho. As definições e análises aí utilizadas como referência são as de Brasil (2009), Maricato (1982) e Nogueira (2013).

Surgida como reação à falta de amparo governamental na obtenção de moradia, essa prática é amplamente utilizada pelas classes de renda mais baixa, sendo a forma destas se inserirem na cidade, ficando mais próximas a serviços, ao estudo, à saúde e a outros recursos necessários para a vida. O título do trabalho, “Autoprodução por uma questão de classe”, é inspirado no nome de uma música do grupo Chico Science & Nação Zumbi (uso que será explicado posteriormente) e o é porque como será exposto, é a condição financeira e social dos mais pobres que os impõe essa situação, que frequentemente é sua única alternativa possível de obtenção de moradia própria. Embora a autoprodução também ocorra em grupos mais abastados, o trabalho focará nos casos de comunidades pobres. Assim, após fazer uma breve exposição do histórico da habitação popular em São Luís, capital do Maranhão, baseando-se em Burnett (2011), a terceira parte do trabalho foca na exposição do processo de formação do

bairro Vila Palmeira, um ambiente urbano, e dos processos de autoprodução nele encontrados, fazendo também a classificação tipológica da comunidade, conforme categorização elaborada por Kapp (2012).

Para “ilustrar” o trabalho, serão utilizados trechos de músicas do grupo Chico Science & Nação Zumbi, banda recifense que fez sucesso nos anos 1990 com o ritmo *manguebeat*. Dentre as características que marcaram sua obra, a que mais justifica o uso dos seus versos neste trabalho é “a fina atenção de seu principal compositor para os elementos urbanos da cidade de Recife e sua forma original de narrar cenários, situações e personagens” (VARGAS, 2015, p. 61). A ideia de incorporar essa arte ao trabalho surgiu a partir de uma percepção da autora, convenientemente expressada por Vargas (2015, p. 65), que diz que a

intensa sonoridade da percussão e dos instrumentos elétricos e a mistura dos gêneros tradicionais e os globalizados traduzem iconicamente a turbulência urbana (...). Todos os parâmetros acústicos implícitos nas canções traduzem, praticamente, a experiência de vida na cidade.

Os versos escolhidos são das músicas *A Cidade, Banditismo por uma questão de classe* (cujo título inspirou o desse trabalho), *Monólogo ao pé do ouvido*, *Antene-se* e *Manguetown*. Todas são do álbum *Da Lama ao Caos*, de 1994, exceto a última, que foi lançada em 1996, no álbum *Afrociberdelia*. Ainda segundo Vargas (2015, p. 66), “as canções de CSNZ [Chico Science & Nação Zumbi] descrevem lugares e cenas de Recife. Dois espaços são recorrentes: o mangue e as ruas”.

Embora as canções falem da capital pernambucana, é muito fácil estabelecer uma relação com São Luís, onde o ecossistema manguezal também é parte importante e emblemática da paisagem da cidade. Outro cenário comum às duas capitais, e que é citado nas músicas da banda, é o de ocupações nessas áreas; como exemplo ludovicense de comunidade onde há essa ocorrência, há o bairro aqui estudado, Vila Palmeira. Assim, neste trabalho a expressão musical foi integrada aos estudos arquitetônicos e urbanísticos, já que, no caso das músicas selecionadas, “(...) a urbe penetra a canção e se metaforiza em sons e palavras. A cidade está dentro da canção” (VARGAS, 2015, p. 64).

1. A FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS E RURAIS BRASILEIROS

O Brasil, país latino-americano colonizado por europeus a partir do ano de 1500, teve três legislações de propriedade fundiária ao longo de sua história: a Lei das Sesmarias (que aqui foram as Capitanias Hereditárias), a Lei de Terras de 1850 e o Estatuto da Terra. Desde sempre os critérios utilizados excluía proprietários pobres e favoreciam os ricos, e alguns tinham mesmo foco em atender aos interesses dos mais abastados e influentes, o que já expressa a propriedade da terra como forma de exercício e demonstração de poder. O entendimento dessas dinâmicas territoriais é importante porque assim tiveram origem os espaços brasileiros, e esse conhecimento fornece a base para a compreensão da problemática da concentração fundiária, uma das raízes do déficit habitacional observado no Brasil.

1.1 Legislações de propriedade fundiária no Brasil – “*onde os urubus tem asas*”

A primeira legislação a reger a concessão de terras no Brasil foi uma versão da Lei das Sesmarias aprovada em Portugal antes do início da ocupação do território brasileiro, no ano de 1375. Seu objetivo era "a praxe consuetudinária de fazer concessões, a particulares, de terras ainda não apropriadas e, mesmo, de construções abandonadas ou em ruínas, para o fim de terem efetiva aplicação à produção da riqueza" (MAIA, 1952, p. 145 apud JAHNEL, 1987, p. 105). Segundo Treccani (2009, p. 4), essa lei

previa a transferência de domínio depois do cumprimento de algumas cláusulas contratuais, tais como: aproveitamento do solo, medição e demarcação do imóvel, registro da carta e pagamento do dízimo. Cumpridas todas estas obrigações o rei confirmaria a carta e a terra seria incorporada no patrimônio particular.

Em Portugal, essa lei objetivava ocupar áreas inabitadas e suprir a crise de abastecimento alimentar que o país atravessava após um período de guerras e conflitos, aponta Jahnel (1987, p. 105). O principal critério para distribuição dessas terras entre os beneficiários era sua capacidade de produzir nestas áreas; logo, quem tinha recursos (como mão de obra e ferramentas) para tal podia receber uma parcela, e quanto mais recursos, maior seria a área cedida. Não havia regulação de máxima ou mínima extensão a ser recebida por cada um. Assim, os grandes favorecidos foram os beneficiários mais ricos, que receberam os maiores territórios, já que eram entendidos pelo Estado (personificado pelo Rei) como os arrendatários com maiores chances de produzirem em quantidades significativas.

No Brasil, esse sistema foi implantado na forma das Capitanias Hereditárias, que objetivavam “o povoamento, a ocupação e principalmente a defesa das terras brasileiras, devido as tentativas de invasões” (JAHNEL, 1987, p. 106). A colônia foi dividida em quinze lotes, que

foram doados a doze nobres da Coroa Portuguesa. Além dos dois primeiros objetivos listados, outro fator comum com a aplicação feita em Portugal era o perfil de seus donatários, que deveriam exercer o papel de gestores dessas terras, produzir nas parcelas que lhes cabiam e distribuir as outras partes, nomeando autoridades administrativas e recolhendo impostos. Segundo Jahnel (1987, p. 106), “não se tratava apenas do domínio do solo e sim também de poderes políticos, de jurisdição, de governo mesmo”. Os contemplados com Capitânias deviam pagar um imposto para o Estado (que era o “real” proprietário do solo) e usar a terra de maneira produtiva dentro de prazos estabelecidos, geralmente de 5 anos. A produção proveniente visava ao mercado externo e as áreas não aproveitadas podiam ser confiscadas e redistribuídas. As capitânias não eram doadas a quem tinha poucos recursos, pois sua utilização, na medida em que interessava à Coroa Portuguesa, era dispendiosa por conta da grande necessidade de mão de obra, ferramentas e insumos.

Esse requisito de um alto poder econômico necessário para a concessão de terras favorecia que grandes territórios estivessem concentrados nas mãos de poucas pessoas, o que pode ser apontado como uma raiz da concentração fundiária no Brasil. Aliado a isto, havia o fato de que os dispostos a ir a uma nova terra ainda consideravelmente inexplorada não estavam interessados em pequenas parcelas: “[aqueles] pioneiros recrutados a tanto custo, não se contentariam evidentemente com propriedades pequenas; não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários.” (PRADO Jr., 1977, p. 33 apud JAHNEL, 1987, p. 106). Outros fatores que facilitavam o acúmulo de propriedades eram a possibilidade de venda de terras entre os sesmeiros e a ocorrência de sucessivas concessões, para um mesmo proprietário, em diferentes locais.

É importante ressaltar que a “lei não conhecia a figura do posseiro, do precatista, do rendeiro, só levando em conta o sesmeiro, isto é, aquele colono que havia recebido as datas dentro do ordenamento jurídico vigente” (PORTO, 1965, p. 89 apud JAHNEL, 1987, p. 108), problemática que gerava conflitos entre os dois grupos.

Esse sistema começou a ruir por conta da sua natureza desorganizada:

o aumento populacional, a crescente solicitação de terras de sesmarias e a grande diversidade de critérios nas concessões, agravando a situação confusa e complexa, (...) [havia também o fato de que] a legislação até então nunca se preocupou com o tamanho das terras concedidas; (...) Além de não se saber ao certo o tamanho das datas, suas delimitações também eram imprecisas. (JAHNEL, 1987, p. 107).

Suas falhas começaram a se apresentar e a partir disso foram feitas as primeiras medidas de restrição, no fim do século XVII. Em meados de 1822, as concessões de sesmarias foram suspensas.

Os 32 anos seguintes se passaram sem qualquer lei que regulamentasse a questão fundiária no Brasil, o que transformou a ocupação por posse na forma mais comum de obtenção de terra:

Apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las tornou-se coisa corrente entre nossos colonizadores, e tais proporções essa prática atingiu que pode, com o correr dos anos, vir a ser considerada como modo legítimo de aquisição de domínio paralelamente a princípio, e após, em substituição ao nosso tão disvirtuado (sic) regime das sesmarias. (LIMA, 1935, p. 45 apud JAHNEL, 1987, p. 109)

A diferença desse período para a época das sesmarias era quem praticava a ocupação: durante a vigência das Capitanias Hereditárias, quem recorria a esta prática era o pequeno camponês, que utilizava o produto da terra como subsistência e complemento de renda; depois, grandes proprietários passaram a também se utilizar da posse como forma de expandir seus territórios. Apesar da ocorrência generalizada, Treccani (2009, p. 5) afirma que “não existiu nenhum procedimento jurídico que transformasse estas ocupações em propriedade”.

Com grandes territórios a usufruir, com a economia do café ganhando grande importância no mercado internacional e com a constante ameaça do fim da escravidão, que decorreria do fim do tráfico negreiro (pressionado pela Inglaterra), a elite brasileira começou a ver no pequeno imigrante sua nova força de trabalho. Porém, “num país tão rico em terras e sem uma legislação que criasse obstáculos para a obtenção dessas terras, era natural que faltasse e não se conseguisse mão-de-obra”, segundo Jahnel (1987, p. 109); portanto, era necessário dificultar a obtenção de território. Assim surge a Lei de Terras de 1850 (regulamentada em 1854), que objetivava a criação de uma nova classe trabalhadora para as lavouras: “a única maneira de obter trabalho livre, nessas circunstâncias seria criar obstáculos à propriedade rural, de modo que o trabalhador livre, incapaz de adquirir terras, fosse forçado a trabalhar nas fazendas” (COSTA, 1977, p. 133 apud JAHNEL, 1987, p. 109).

Portanto, a partir da sua promulgação, a propriedade das terras só poderia ser obtida em quatro casos:

(...) a revalidação das cartas de sesmaria que, apesar de não terem observado as demais exigências legais comprovassem o cultivo da terra; a legitimação das posses, a compra das terras devolutas [sempre a preços altos, para dificultar a compra por parte dos imigrantes] e doação (este último instituto aplicável só na faixa de fronteira) (TRECCANI, 2009, p. 5).

O dinheiro arrecadado com as vendas era usado pelo governo como subsídio para a imigração, visando ao fornecimento de mão de obra livre para as lavouras.

Após a Lei de Terras entrar em vigor, a ocupação por posse passou a ser considerada uma ilegalidade, com punições (despejo, multa e até prisão) previstas a quem a praticasse, e mesmo “as terras amparadas por cartas de sesmarias não revalidadas e em posses não legitimadas que tinham caído em comisso seriam incorporadas às terras devolutas devendo ser arrecadadas e vendidas”, de acordo com Treccani (2009, p. 7). A Lei também definia em que circunstâncias as terras não seriam consideradas devolutas; logo, todas as restantes seriam enquadradas como tal:

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei. (BRASIL, 1850)

Também era oferecida uma possibilidade (difícil) de posseiros e sesmeiros irregulares conquistarem a propriedade da terra:

Revalidam-se as sesmarias que se acharem cultivadas ou com princípio de cultura e morada habitual. E legitimam-se as posses mansas e pacíficas, que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura e moradia habitual. Ao posseiro será reconhecida não apenas a área realmente aproveitada, mas também a área devoluta contígua, desde que não ultrapasse a de uma sesmaria igual as últimas concedidas no local. Importante é ressaltar, primeiro, que a posse só seria legitimada desde que fosse medida e demarcada, dentro do prazo estabelecido pelo governo, condição essa que o simples posseiro não podia cumprir por falta de recursos para tal. (JAHNEL, 1987, p. 110-111)

Além desse obstáculo burocrático imposto ao pequeno camponês, havia o fato de que as plantações simples e áreas pequenas preparadas para cultivo e/ou com edificações pequenas não eram reconhecidas como princípios de cultura, sendo que essa escala pequena (de plantações e edificações presentes no terreno) é o perfil comum observado na terra utilizada de forma modesta, por alguém que produz para sustento próprio e para complementar a renda, como era o caso dos posseiros. Mais uma vez, o latifúndio é valorizado, enquanto os pequenos proprietários são prejudicados.

Até então, a economia brasileira era quase exclusivamente agrícola e para exportação; aliadas à priorização do latifúndio, essas características resultavam na grande

demanda de mão de obra para as plantações. Com a resistência nativa ao trabalho forçado, os colonos inflaram o país de população africana escravizada, que trabalhava nas lavouras (SILVA, 2016, p. 24). Com o fim da escravidão, os libertos não receberam nenhum auxílio para subsistência. Isso adiciona mais um grupo à formação da população enquadrada no déficit habitacional, já que essas pessoas, que antes habitavam senzalas e casebres dentro das grandes propriedades, foram expulsas ou passaram a morar de favor, ainda em regime de trabalho escravo. Somando-se a essa dificuldade, havia o fato de que esses cidadãos não eram considerados dignos do trabalho livre assalariado; prova disso são os esforços do governo em trazer imigrantes para ocuparem essas vagas. Assim, esse grupo ficava sem meios de acesso à terra e à moradia própria, pois sem trabalho não há remuneração, e sem remuneração não há recursos para compra de terrenos.

Segundo Jahnel (1987, p. 111), “a Lei de terras nunca foi expressamente revogada, porém tornou-se inócua com a primeira Constituição Republicana (1891) que em seu artigo 64 estabeleceu que as terras devolutas passavam a pertencer ao patrimônio dos recém-criados Estados”. Assim, as oligarquias estaduais passaram a exercer o controle fundiário e cada estado tinha sua política de provimento de terras, sendo que a partir daí se iniciaram “as transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária. Esse processo caracterizou principalmente os Estados do Sul e do Sudeste.” (MARTINS, 1983, p. 43 apud JAHNEL, 1987, p. 111).

Nos anos 1930, período da Era Vargas, a Revolução Industrial iniciada na Europa na segunda metade do século XVIII chegou ao Brasil modificando o paradigma econômico. Essa nova configuração fez com que as oligarquias rurais perdessem poder político para uma nascente elite industrial, embora esta não tivesse a intenção de neutralizar totalmente os poderes de sua antecessora. A elite industrial deixou espaço para a continuidade da oligarquia rural,

(...) primeiro, porque a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações de café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. A segunda razão: o modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e Estados Unidos. E a importação de máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas (...). (STEDILE, 2005, p. 30 apud SILVA, 2016, p. 26)

Esse processo de modernização da economia naturalmente teve consequências sentidas no meio rural, que serão expostas posteriormente neste trabalho.

Já em meados de 1950,

com as Ligas Camponesas e o embrião da sindicalização rural, aliado à atuação da igreja católica e do Partido Comunista Brasileiro, começaram a definir-se mais claramente as formas de organização e de pressão do campesinato brasileiro. Contudo, sem um projeto de organização preciso e a nível nacional (JAHNEL, 1987, p. 111).

Por isso, o início dos anos 1960 foi um período tenso no que diz respeito à população rural, e apesar desta não estar articulada organizadamente, o governo brasileiro decidiu tomar medidas para apagar qualquer fagulha de revolta camponesa. Assim, durante o governo da Ditadura Militar, surge a Lei nº 4.504 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, que possibilitava ações pontuais de reforma agrária apenas onde a situação estava mais inflamada, ao mesmo tempo em que impedia sua aplicação em escala nacional. Segundo Jahnel (1987, p. 111), “era um instrumento capaz de acalmar os camponeses impacientes e de tranquilizar os proprietários temerosos”, que definiu duas diretrizes. A primeira

referia-se ao planejamento e à execução da reforma agrária, definida como: “o conjunto de medidas que visem promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.” (JAHNEL, 1987, p. 112);

enquanto a segunda

definia a política de desenvolvimento rural, onde dois eram os instrumentos de ação: o imposto territorial rural e colonização. Essa política foi definida como: “o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.” (JAHNEL, 1987, p. 112).

Essa segunda diretriz foi a mais utilizada, inclusive como substituta da reforma agrária.

O Estatuto também classificava as propriedades rurais em quatro categorias: minifúndio, empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão. Pode-se afirmar que mais uma vez a economia capitalista foi norteadora das decisões estatais, já que a empresa rural foi eleita como a categoria ideal, tanto no quesito dimensão quanto em relação à forma de exploração, segundo Jahnel (1987, p. 112). Essa categoria de propriedade atendia bem ao objetivo da reforma agrária pretendida: a modernização. Assim, esta ação mirava em favorecer o empresariado rural, e por isso, não via vantagens no minifúndio ou no latifúndio (fosse ele por exploração ou dimensão): um era economicamente desvantajoso por conta de suas dimensões pequenas que impossibilitavam uma produtividade expressiva (e aqui é possível fazer um paralelo com a situação observada nas Capitâneas), enquanto o outro o era por ser uma grande porção de terra não aproveitada.

A retórica da produtividade aparece condicionada pela função social da terra, o que implica dizer que as garantias do proprietário referentes ao direito de usar, gozar e dispor de seus bens não podem ser vistas senão quando estes direitos tiverem como

conteúdo a função social da terra. A função social passa a fazer parte da própria definição de propriedade. Não há propriedade sem função social. (JAHNEL, 1987, p. 113).

Outra ação necessária para a aprovação do Estatuto foi revogar o dispositivo da Constituição vigente que impedia desapropriações (de interesse social) sem previamente indenizar, em dinheiro, os proprietários; então, a partir daí, as desapropriações passaram a ser feitas com títulos especiais da dívida pública, segundo Jahnel (1987, p. 113). Mas nem todas as propriedades eram passíveis de desapropriação. As empresas rurais, já destacadas como a categoria ideal, seriam poupadas se estivessem cumprindo inteiramente sua função social; além disso, só haveria desapropriação de terras localizadas em áreas conflituosas. Embora o latifundiário tivesse mais chances de sofrer desapropriação, aqui também o pequeno proprietário estava em desvantagem, já que os latifúndios podiam ser transformados em empresas rurais, o que trazia como benefício também o fato de que assim se evitava o imposto territorial rural, enquanto o minifúndio ficava impossibilitado de recorrer a essa “transformação”, por conta de suas pequenas dimensões.

O Estatuto da Terra não alterou o perfil da regulamentação fundiária brasileira, que sempre foi movida por interesses econômicos e procurou manter boas relações com as classes dominantes. Foi um dispositivo utilizado para impossibilitar o nascimento de um movimento camponês organizado a nível nacional, acalmando as tensões agrárias pontualmente, para evitar que estas se aglutinassem e tomassem proporções federais.

Como exposto, as três legislações apresentadas não pretendiam abranger as camadas populares da sociedade brasileira. Camponeses pobres, imigrantes, ex-escravos e seus descendentes foram excluídos, e recursos legais foram utilizados para impedi-los de ter possibilidades de alcance ao mercado fundiário. Essa conclusão motivou o uso do verso “onde os urubus tem asas”, extraídos da canção *Manguetown*: os “urubus” simbolizam as classes dominantes, que exploram a terra e os mais pobres, e a palavra “asas” se refere aos recursos, às vezes jurídicos, que estes utilizam para alcançar o objetivo de excluir grupos menos influentes do circuito econômico. Essa falta de meios de acesso à propriedade da terra (e consequentemente à moradia própria) deu origem a dinâmicas e situações que podem ser vistas ainda atualmente.

1.2 Mudança de paradigma econômico – “e a cidade se apresenta centro das ambições”

Como exposto brevemente no tópico anterior, os efeitos da Revolução Industrial no Brasil foram sentidos com mais força no governo ditatorial de Getúlio Vargas, que durou de 1930 a 1945, e mirava fortemente na industrialização (e urbanização) do país. Dentre suas características, pode-se destacar:

1. a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2. a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos (...); 3. o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e sobretudo como fator de garantia da ordem interna (FAUSTO, 2006, p. 327).

A elite agrária procurou modernizar seus processos de produção, e nessa conjuntura o camponês foi forçado a se integrar à nova economia, com seu modo de vida sendo mais uma vez negligenciado, situação que foi uma das causas do êxodo rural iniciado no final da primeira metade do século XX. Silva (2016, p. 27) afirma que “muitos se dirigiram às cidades com a ilusão de uma vida melhor. Essa ilusão estava atrelada a imagem pintada pelo capitalismo no imaginário popular, de que a cidade é lugar do avanço, sucesso e futuro, enquanto o campo é lugar do atraso e pobreza”. Incorporando as palavras de Chico Science e Nação Zumbi, pode-se afirmar que a partir daí “a cidade se apresenta centro das ambições”.

Essa nova conformação deixou os trabalhadores rurais em duas situações: os que migraram para a cidade tornaram-se mão de obra barata para as fábricas, e “também se tornaram instrumentos de pressão para o baixo salário médio trabalhado na indústria, afinal, quanto mais mão-de-obra disponível, mais baixo é o preço para contratá-la” (STEDILE, 2005 apud SILVA, 2016, p. 27); e os que continuaram vivendo no campo produziam alimentos para o mercado interno. O valor dos produtos era controlado pelo Estado, para que chegassem às cidades a preços baixos. Silva (2016, p. 27) ainda aponta que “o camponês também serviu de produtor de matéria-prima barata para ser utilizada no processo industrial”.

Segundo Baron (2011, p. 106), as indústrias têxtil e de produtos alimentícios foram as principais durante o início do processo de industrialização do Brasil; como pode-se notar, atividades que remetem muito a um perfil ruralizado. Ainda de acordo com a autora, “no campo da construção havia carência de uma indústria de base que produzisse cimento, ferro, aço, máquinas e equipamentos”, e por isso houve incentivo à criação de indústrias voltadas para esse tipo de produção, principalmente no sudeste brasileiro.

Segundo Fausto (1998), o Brasil se manteve um país predominantemente agrícola até 1930; os dados do censo de 1920 apontavam que dos 9,1 milhões de pessoas em atividades, 69,7% se dedicavam à agricultura; 13,8% à indústria e 16,5% aos serviços. O destaque ficou para o início do processo de industrialização no Estado de São Paulo, além da diversificação agrícola e urbanização. (BARON, 2011, p. 106)

Essa mudança de um país agrícola para um país industrial engendrou mudanças na conformação territorial do país, como será exposto adiante, e intensificou a diferenciação dos ambientes rurais em relação aos urbanos.

1.3 Urbano e Rural no Brasil – *“ilusora de pessoas de outros lugares, a cidade e sua fama”*

Como visto, pode-se dizer que a separação urbano-rural foi muito influenciada pela mudança ocorrida na economia brasileira, já que a variedade de formas de trabalho daí resultante teve rebatimentos na estrutura territorial do Brasil. Neste trabalho, as diferenças entre esses dois ambientes foram estudadas com base em Sorokim, Zimmerman e Galpin (1981 apud PAULA E MENDES, 2007), que explicam que a “definição sociológica destes universos requer uma combinação de vários traços típicos” (PAULA E MENDES, 2007, p. 5).

Assim, os autores enumeram nove fatores de diferenciação: as atividades ocupacionais, os ambientes de trabalho, a dimensão das comunidades, a densidade populacional, a homogeneidade/heterogeneidade de características psicossociais, a estratificação/complexidade social, a mobilidade social, as diferenças na direção da migração e o nível de integração entre os moradores. Mais uma vez as atividades trabalhistas mostram sua forte influência sobre a sociedade, já que a “diferença ocupacional é o primeiro e o principal critério citado (...) para diferenciar o mundo rural do mundo urbano (...). Como pode-se verificar, a seguir, a essa diferença estão vinculadas todas as demais” (PAULA E MENDES, 2007, p. 2).

A diferença ocupacional se refere ao tipo de trabalho exercido; nos ambientes rurais, predominam as atividades de agricultura e criação de animais (enquadradas no setor primário), enquanto no urbano, as atividades são muito variadas e tem destaque o setor terciário, ou seja, o setor de serviços. O segundo critério é diretamente relacionado ao primeiro, e considera que enquanto no campo os trabalhos ao ar livre são mais comuns, na cidade predominam as atividades exercidas em ambientes fechados e “artificiais”.

O terceiro e o quarto critérios, que também estão mais proximamente ligados entre si, tratam de dimensões e quantitativos populacionais: um analisa que as comunidades rurais costumam ser menores, com terrenos maiores, e que o inverso acontece no meio urbano, onde as comunidades são maiores e os lotes menores; já o outro critério expõe as diferenças de densidade populacional nos dois meios, e conclui que o urbano concentra mais pessoas que o rural.

O quinto critério trata da homogeneidade e da heterogeneidade das populações, e explica que as comunidades rurais tendem a ter menor variação de características psicossociais que as comunidades urbanas, ou seja, tendem a ser mais homogêneas. Paula e Mendes (2007, p. 4) explicam que essas características se referem a “linguagem, crenças, opiniões, tradições, padrões de comportamento, etc.”. Sobre o sexto critério (complexidade e estratificação social), os mesmos autores afirmam que “os aglomerados sociais urbanos são marcados (no mesmo país e no mesmo período) por uma complexidade maior, manifesta em uma maior diferenciação e estratificação social” (PAULA E MENDES, 2007, p. 4). É importante apontar que essa complexidade social é um dos “ingredientes” apontados como impulsionadores do surgimento das cidades, já que “embutida na origem da cidade há uma outra diferenciação, a social: ela exige uma complexidade de organização social só possível com a divisão do trabalho” (SPOSITO, 2000, p. 14); outro apontamento pertinente é que a estratificação do trabalho é um dos fatores mais determinantes na diferenciação entre os ambientes urbanos e rurais.

O sétimo critério, mobilidade social, divide-se em mobilidade territorial e interocupacional, apontando que os habitantes do meio urbano são mais móveis, em ambas as categorias, que os de ambientes rurais. O oitavo menciona as diferenças na direção de migração: “as correntes de população indo do campo para a cidade ou das ocupações agrícolas para as predominantemente urbanas foram sempre mais fortes e trouxeram mais população para a cidade do que as correntes migratórias das comunidades urbanas em direção às rurais” (PAULA E MENDES, 2007, p. 5).

O nono e último critério, que se refere ao nível de integração social, é consequência de outros três:

Pelo ensejo das comunidades rurais serem: a) menos volumosas; b) menos densamente povoadas; e c) sua população ser menos móvel, o número de pessoas distintas que um agricultor encontra e com quem ele estabelece um contato intencional, longo ou breve, intensivo ou extensivo, e o número de contatos por indivíduo é muito inferior àquele de um urbanita. (PAULA E MENDES, 2007, p. 5)

Através da exposição dessas características e das informações até agora mostradas ao longo do trabalho, pode-se concluir que o meio urbano exerce forte atração populacional, com sua variada oferta de serviços e experiências. Porém, essas oportunidades não são tão facilmente acessíveis, e muitas vezes são restritas a certos grupos, por exigirem que aqueles que as buscam possuam certos recursos (como exemplo poder monetário, alto nível educacional, rede de conexões interpessoais, etc.). Aí está a explicação do uso do verso “ilusora de pessoas de outros lugares, a cidade e sua fama”.

2. DÉFICIT HABITACIONAL E AUTOPRODUÇÃO

Com a grande mudança econômica no Brasil ocorrida no início do século XX, que aumentou a diversidade de atividades laborais, era impossível que os espaços não sofressem transformações, já que as dinâmicas trabalhistas tem grande influência sobre a morfologia territorial, e as “diferentes formas de trabalho assalariado (...) [resultam na] produção de um espaço urbano desigual e fragmentado” (MAUTNER, 1999, p. 248). A massa populacional que migrou para os crescentes centros urbanos se transformou em uma importante força de trabalho e precisava de lugar para viver.

Como era perceptível que o trabalhador de baixa renda não tinha formas de acessar o mercado habitacional institucionalizado, discussões sobre como baratear os custos de habitação (não só a casa, mas tudo: construção, terreno e infraestrutura urbana) foram iniciadas. Segundo foi suposto na época, o barateamento do primeiro fator seria conseguido através de técnicas construtivas industrializadas, e o segundo, através da busca por terrenos externos aos centros urbanos, que normalmente eram mais baratos.

Em 1931, foi realizado em São Paulo o I Congresso de Habitação, onde estava presente o tema discutido no 2o CIAM sobre Habitação para o Mínimo Nível de Vida. (...) A Habitação Econômica com espaços mínimos e acessíveis começou a ser incorporada nas discussões políticas, econômicas, sociais e, sobretudo, arquitetônicas no Brasil. (BARON, 2011, p. 109-110)

Segundo Bonduki (1998, p. 73), a partir desse período a habitação passaria a ser entendida

(...) como fator econômico na estratégia de industrialização do país; (...) como elemento na formação ideológica, política e moral do trabalhador, e, portanto, decisiva na criação do ‘homem novo’ e do trabalhador-padrão que o regime queria forjar, como sua principal base de sustentação política.

A política trabalhista e a atenção prestada à classe operária serviam ao propósito de amansar os trabalhadores e assim evitar que estes se rebelassem contra o Estado, porque essa nova classe operária era muito volumosa e tinha potenciais de organização sindical; além disso, havia a pretensão de que os operários fossem base de apoio do governo. A intervenção estatal teve início quando foi indiscutível que a iniciativa privada não conseguiria prover habitação a preços acessíveis para toda essa população:

Dia a dia se verifica, nas grandes cidades, que não é possível obter, da iniciativa particular, a construção de vivendas populares em número suficiente para as necessidades das populações. No regime econômico em que vivemos, os capitais procuram lucros ou remunerações que não podem ser dados pelos parcos orçamentos das famílias operárias e das classes menos favorecidas (...) (SIMONSEN, 1942, p. 24-25 apud BARON, 2011, p. 111)

Assim, a partir dos anos 1930, o Estado começou a empreender programas habitacionais: “em 1930 foram instauradas as Leis Trabalhistas e implantados os IAPS, em 1946 a Fundação da Casa Popular e em 1964 o BNH”, segundo Mautner (1999, p. 249); porém, mais uma vez os interesses econômicos se sobrepuseram às necessidades do povo e a classe trabalhadora (de baixa renda) não foi considerada pelo governo:

Os primeiros IAPS criados (organizados por categorias profissionais para toda a Federação) foram os da Marinha, Comércio, Transporte e Estocagem de Café, Portos, Bancos, Indústria e Funcionalismo Público, respectivamente. Os IAPS, particularmente após os anos de 1940, proveem habitação para uma classe média crescente, (...) os funcionários que trabalham na administração pública. Nos anos de 1960 e 1970 o BNH (...) [assume] o importante papel de financiar a construção e prover o crédito para o consumo de habitação para a classe média recém-emergida (...) no governo de Juscelino Kubitschek. (MAUTNER, 1999, p. 250)

Adiante, serão expostas com mais detalhes essas ações, empreendidas na forma de políticas governamentais de alcance federal. Os programas aqui detalhados são os anteriores ou contemporâneos à formação do bairro estudado, por fazerem parte do contexto da época de formação deste. Programas posteriores não serão expostos.

2.1 Políticas habitacionais brasileiras – “há um tempo atrás se falava em solução, há um tempo atrás se falava em progresso”

Com as Caixas de Aposentadoria e Pensões autorizadas pelo governo a financiar habitação, foram fundados em 1933 os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs), em escala nacional, que defendiam “uma arquitetura funcional e moderna: solução racional da planta, standardização dos elementos de construção, emprego racional dos materiais, eliminação de toda decoração supérflua e ‘uma arquitetura lógica e sincera que procura soluções internas perfeitas’” (BONDUKI, 1998, p. 150). Eram categorizados conforme as atividades profissionais dos associados: havia o IAPM (marítimos), IAPI (industriários), IAPB (bancários), IAPC (comerciários), IAPETEC (condutores de veículos e empregados de empresas de petróleo) e IAPE (estivadores), segundo Baron (2011, p. 104).

Destes, o mais proeminente na questão habitacional foi o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI), que formulou três frentes de atuação que acabaram incorporadas pelos demais. O IAPI buscava altos padrões construtivos nos seus conjuntos, que deveriam, além de ter construção econômica e bem executada, proporcionar moradia confortável para seus habitantes.

Os Institutos promoviam o aluguel – e não a propriedade – das unidades habitacionais; essa característica, assim como suas formas de atuação, permitem concluir que

seu público-alvo possuía certo poder aquisitivo, já que como se verá a seguir, os Institutos esperavam obter lucro com os financiamentos. Os planos de ação eram:

- 1) Plano A: locação ou venda de unidades habitacionais em conjuntos residenciais adquiridos ou construídos pelos institutos, com o objetivo de proporcionar aos associados moradia digna, sem prejuízo da remuneração mínima do capital investido.
- 2) Plano B: financiamento aos associados para aquisição da moradia ou construção em terreno próprio.
- 3) Plano C: empréstimos hipotecários feitos a qualquer pessoa física ou jurídica, bem como outras operações imobiliárias que o instituto julgasse conveniente, no sentido de obter uma constante e mais elevada remuneração de suas reservas. (BONDUKI, 1998, p. 104)

Baron (2011, p. 105) afirma que os IAPs “se concentraram em aplicar os recursos arrecadados em investimentos que tivessem retorno garantido para o fundo, pois seus objetivos eram a concessão de aposentadorias”.

Como dito, foi a partir de 1937 que o Estado começou a atuar mais efetivamente na provisão de moradias. Essa atuação foi motivada pelo objetivo do Estado Novo, ditadura de Getúlio Vargas, de empreender uma mudança na personalidade do país, já que o contexto político, social e econômico dessa época buscava implantar ideais modernos e urbanos em um novo modo de vida operário, conforme explica Baron (2011, p. 126). Por isso, os IAPs foram abarcados pelo governo e utilizados como instrumento na busca por esse objetivo.

Os novos conjuntos daí decorrentes são considerados inovadores porque buscaram, com base nas ideias modernistas, incorporar a oferta de espaços coletivos à oferta de habitação, por meio de uma produção industrial e inteligente. Esses novos empreendimentos consideravam que o “habitar” não devia ser limitado a abrigar-se, mas a viver em ambientes onde a vida em comunidade era praticada, com recursos que possibilitassem a saúde física e mental. Essa concepção buscava implantar no imaginário dos habitantes os considerados “modos urbanos” de viver.

A tipologia considerada ideal para racionalização e barateamento da construção foi a de prédios com moradias empilhadas, e como exemplo há o Conjunto Residencial do Realengo, construído pelo IAPI, no Rio de Janeiro, que à época era a capital (e por isso, sede administrativa) do Brasil. Concluído em 1943, o conjunto era composto por tipologias variadas (casas geminadas em pares e em fileiras, além de blocos de quatro andares) e apresentava as propostas:

além de infra-estrutura completa (rede de água, luz e esgoto, galerias de águas pluviais, pavimentação e estação de tratamento de esgoto), seu projeto incluiu vários serviços de caráter coletivo – escola primária para 1500 alunos, creche para 100

crianças, ambulatório médico, gabinete dentário, quadras para a prática de esportes, templo católico e horto florestal – que foram efetivamente implantados. (BONDUKI, 1998, p. 165)

Baron (2011, p. 116) também cita outra forma de inovação desse conjunto: uma inovação técnica, que permitiu que este fosse “o primeiro conjunto feito com blocos prensados de concreto, através de máquina importada dos Estados Unidos, [pois] havia uma busca pela racionalização e barateamento da construção”.

Já no ano de 1946, no governo de Gaspar Dutra, foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP), primeira instituição de alcance federal voltada a atender exclusivamente as necessidades de habitação da população de baixa renda. Foi promulgada, não por acaso, no dia 1º de maio de 1946, Dia do Trabalhador.

Sua proposta inicial, como dito, era apenas fornecer moradia à população pobre, mas quatro meses depois de instituída, passou a poder também fornecer financiamentos a obras de infraestrutura urbana, a indústrias de material de construção, financiar construções de iniciativas municipais, de empresas industriais ou comerciais destinadas à compra ou locação de moradias, além de fazer pesquisas e estudos de métodos que objetivassem o barateamento da construção e o conhecimento dos tipos de moradias populares, segundo Azevedo e Andrade (2011, p. 02-03). “Outra novidade do decreto foi a introdução da habitação rural ‘nos aspectos de construção, reparação e melhoramento’, como nova meta institucional” (AZEVEDO E ANDRADE, 2011, p. 02-03). Porém, a FCP teve uma baixa produção de unidades, e segundo Shimbo (2010, p. 64), isso aconteceu “devido à falta de recursos e às regras de financiamento então estabelecidas”. Bonduki (1998 apud BARON, 2011, p. 112) ainda enumera mais motivos: “a centralização da gestão, a necessidade de fontes de recursos permanentes e o fato de tentar conciliar a habitação com o desenvolvimento urbano”.

De acordo com Azevedo e Andrade (2011, p. 03), “a tarefa era desproporcional à força, aos recursos e à maturidade institucional da Fundação da Casa Popular”, e foi incumbida sem que fossem viabilizados meios que a tornassem exequível, pois faltava “respaldo político, traduzido em recursos financeiros, apoio dos Estados ou legislação que lhe conferisse monopólio de algum recurso crítico, que lhe desse posição de vantagem para negociar com os municípios” (AZEVEDO E ANDRADE, 2011, p. 03).

Além desses fatores logísticos, houve também a resistência por parte de outras instituições, que queriam evitar perda de influência e predominância sobre a questão habitacional, principalmente por motivos econômicos: o Setor da Construção Civil pretendia

evitar que a questão habitacional fosse regulada pelo governo, para “garantir que os promotores imobiliários fossem responsáveis pela produção de habitações através de grandes investimentos” (BARON, 2011, p. 112), e os IAPs, apoiados pelos movimentos sindicais, que pretendiam uma articulação com estes, “temiam que seus interesses corporativos fossem abalados (...) [pois acreditavam que essa nova instituição] iria enfraquecer o poder dos Institutos e com isso comprometeria o controle sobre a distribuição dos benefícios previdenciários” (BARON, 2011, p. 112).

A partir de uma portaria do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, de 1952, que restringia suas atividades complementares, financiamentos de obras de infraestrutura urbana e outras atuações foram dificultadas pelas autoridades estaduais, que não colaboravam no recolhimento de impostos (tarefa incumbida a eles) que deveriam ser destinados à instituição: “alguns simplesmente se negaram a arrecadá-lo, e a maioria que o fez nem sempre o recolheu à Fundação da Casa Popular” (AZEVEDO E ANDRADE, 2011, p. 05). Além disso, os recursos da FCP passaram a depender, de forma exclusiva, de poucos repasses orçamentários da União. Assim, a Fundação da Casa Popular foi extinta em 1964, com a criação do BNH, deixando um legado de baixa produtividade.

O Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, ano de início da Ditadura Militar, surgiu em um cenário de transformação do perfil populacional brasileiro, que culminou com o aumento da urbanização das cidades na década de 1970, quando o quantitativo da população urbana ultrapassou os números rurais. Essa política categorizava seus nichos de atuação conforme a renda dos beneficiários, e delegava cada uma a um agente:

Segundo Souza (1999), o segmento “médio” era destinado para as faixas de renda superiores a seis salários mínimos, originalmente, e era operado por agentes privados (Sociedades de Crédito Imobiliário, Associações de Poupança e Empréstimos, Caixas Econômicas) (...). O segmento “econômico” se voltava para a população com ganhos mensais até cinco salários mínimos, seu agente promotor eram as cooperativas habitacionais constituídas junto aos sindicatos (...). Por fim, o segmento “popular”, originalmente destinado para a faixa entre um e três salários mínimos, ampliada posteriormente para cinco salários mínimos, tinha como agente promotor as Companhias Habitacionais (COHABs), sociedades de economia mista controladas por Estado ou Municípios (...). (SHIMBO, 2010, p. 64)

Ainda segundo Shimbo (2010, p. 64), “a chamada ‘faixa de mercado’, [era] destinada às camadas da população que poderiam se constituir em ‘sujeitos de crédito bancário’”, e no caso desta não havia interferência do Estado; nas “faixas de renda inferiores a essa, a promoção era essencialmente pública, centralizada no BNH e nas Companhias Habitacionais (COHABs)”

(SHIMBO, 2010, p. 64). Nessa categoria todas as fases eram de responsabilidade das entidades estatais, exceto a construção das moradias, que eram executadas pela iniciativa privada.

No seu período de existência, o BNH financiou a construção de 4,45 milhões de unidades, “correspondendo a 25% do total de novas unidades construídas no país – e dessas 4,45 milhões de unidades, somente 33,1% foi destinada para faixas de renda de 1 a 3 salários mínimos (ROYER, 2009 apud SHIMBO, 2010, p. 65). A desmontagem do BNH, em 1985,

deixou um vácuo nos rumos da política habitacional brasileira. (...) A produção habitacional promovida diretamente pelo Estado se retraiu – atingindo, sobretudo, as COHABs – e se iniciou o processo de canalização direta dos recursos públicos para promotores e agentes financeiros privados – como esses últimos já ansiavam. (SHIMBO, 2010, p. 65)

Essa entidade não alterou o perfil da política habitacional brasileira, pois também foi, no fim das contas, mais norteada e definida por questões econômicas, favorecendo o setor imobiliário e as camadas de renda média e alta, deixando as de renda baixa mais uma vez sem amparo; a incorporação do BNH à Caixa Econômica Federal evidenciou a falta de um real esforço para resolver o problema habitacional, com a “transferência do problema da habitação a uma agência financeira de vocação social, mas que não deixa de lado os paradigmas institucionais de um banco comercial” (SHIMBO, 2010, p. 65).

Os versos escolhidos para esta parte do trabalho (“há um tempo atrás se falava em solução, há um tempo atrás se falava em progresso”) fazem alusão ao que se anunciava em relação aos programas habitacionais: a solução para a falta de moradia própria, e embutido nesta, o progresso da nação; a repetição dos trechos “há um tempo atrás” remete à frustração causada por essas políticas, que foram extintas sem conseguir abarcar de forma satisfatória a população de baixa renda, que seguiu negligenciada.

2.2 Autoprodução – “o homem coletivo sente a necessidade de lutar”

Privada de formas de acesso ao mercado formal de habitação, a classe trabalhadora procurou maneiras de habitar as cidades, construindo espaços e moradias por conta própria, utilizando-se da autoprodução. Conceito central deste trabalho, este é o meio utilizado por essas pessoas para exercer seu direito à vida em sociedade.

A autoprodução ocorre quando os próprios moradores reformam ou constroem suas moradias sem o auxílio de técnicos, como engenheiros e arquitetos (KAPP et al., 2006). Eles próprios tomam a frente do processo, decidindo sobre os espaços, comprando os materiais, coordenando os recursos e o tempo, mas sem necessariamente efetuar o trabalho manual. (NOGUEIRA, 2013, p. 61)

A autoprodução de moradias tem um grande fator determinante: a economia de recursos financeiros; assim, naturalmente suas características são ditadas por este. Como a mão de obra precisa ser barata, ou em alguns casos nem mesmo há a possibilidade de se pagar por ela, a família, o chefe da família, ou ainda grupos de amigos, vizinhos ou parentes são quem constrói as moradias. Nos casos de contratação de pessoal, normalmente se recorre a pedreiros, mestres de obra, etc., profissionais cujo trabalho é mais acessível que o de arquitetos e engenheiros. A partir desta exposição, se torna necessário apresentar outro termo: autoconstrução. A diferença entre este e a autoprodução é que, no caso da autoconstrução, apenas os próprios moradores da casa executam a obra, sem pessoal externo (DIAS, 2019, p. 70); já o conceito da autoprodução é mais abrangente: “no caso da Autoprodução, a mão de obra empregada na construção (pedreiro, ajudante, carpinteiro, pintor, pequenos empreiteiros etc.) pode ser contratada pelo autoprodutor, ou ainda oferecida por parentes, amigos ou vizinhos, com ou sem sistema de mutirão¹” (LAMOUNIER, 2017 apud DIAS, 2019, p. 69).

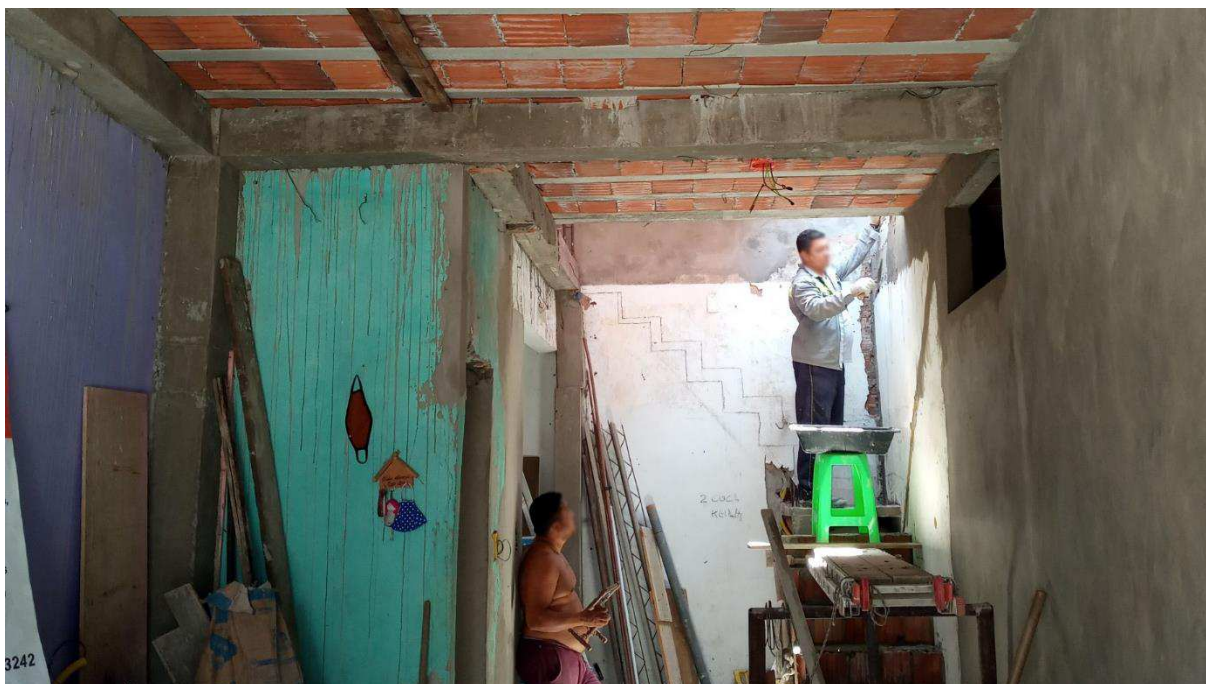
Outro rebatimento dos recursos limitados é o tempo que comumente dura a construção dessas moradias: sua conclusão “total” costuma ser alcançada apenas após anos de reformas e ampliações esporádicas, “podendo a obra ser recomeçada com materiais diferentes ou com intenções projetuais diferentes, que algumas vezes necessitam de acréscimos ou demolições” (DIAS, 2019, p. 71).

Os materiais e as técnicas utilizadas também são restritos: “as condições limitadas com que se faz a aquisição do material a ser utilizado na construção não permite escolha. O material deve ser sempre o mais barato, de manipulação simples (...)” (MARICATO, 1982, p. 89 apud DIAS et al., 2020, p. 260), e

(...) a técnica utilizada também não permite vãos criadores, que possam acarretar gastos maiores do dinheiro ou de tempo dedicados à construção. Contando com os materiais tradicionais, nenhuma máquina, poucas ferramentas, nenhuma especialização, a técnica também é determinada. É aquela que inspira confiança. É aquela que é tradicional e foi exaustivamente testada e que não põe em risco os poucos recursos destinados à construção da casa. (Maricato, 1982, p. 89 apud DIAS et al., 2020, p. 260)

¹ “(...) sistema construtivo pautado no trabalho coletivo (...). No meio urbano, tal sistema atua diretamente no crescimento das cidades, influenciando de forma significativa a estrutura residencial da população que migra do campo para a cidade” (MARICATO 1982, p. 89 apud DIAS et al., 2020, p. 260).

Imagem 01: Obra em andamento no bairro Vila Palmeira, em São Luís.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2021.

Além da autoprodução de moradias, há também a autoprodução de espaços, que dá origem a aglomerados subnormais. Estes são definidos como

(...) uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas restritas à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros.” (IBGE, 2010 apud DIAS et al., 2020, p. 252)

Essas comunidades, neste trabalho chamadas por vezes de “ocupações informais” ou “aglomerados”, são recorrentes nos espaços urbanos brasileiros e consequência da falta de políticas habitacionais que abranjam a população de baixa renda. Nelas, a infraestrutura urbana é insuficiente e às vezes inexistente, e sua chegada costuma ser movida por reivindicações dos moradores, unidos em associações, clubes de amigos do bairro, etc; por se originarem de ocupações feitas pelos próprios moradores, tem seus espaços definidos e construídos por eles. Mais características serão apresentadas no próximo capítulo, quando o termo “Aglomerados” for exposto.

As histórias dessas comunidades permitem concluir que estas só são possíveis quando existe união entre os moradores. Assim, o verso “o homem coletivo sente a necessidade de lutar” se refere às características e lutas comunitárias desses cidadãos que juntos constroem seus espaços nas cidades, apesar das dificuldades impostas.

3. AUTOPRODUÇÃO EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO

A região norte do Maranhão “sedia a Região Metropolitana da Grande São Luís, onde se localiza a capital do Estado, que concentra grandes empreendimentos industriais, além de um significativo setor terciário e importantes estruturas administrativas do setor público federal e do estadual” (DIAS, 2019, p. 22). Logo, é um polo de atração no estado, o que naturalmente gera grande impacto no setor habitacional.

3.1 São Luís do Maranhão – “*onde a lama é a insurreição*”

Fundada em 8 de setembro de 1612, a capital São Luís concentra um grande quantitativo populacional. A cidade recebeu empreendimentos das políticas habitacionais já citadas, que deram origem a alguns de seus bairros, como o conjunto do Filipinho, obra do IAPC (Instituto de Aposentaria e Previdência dos Comerciários), o IPASE e a COHAMA, ambos fundados em 1975, durante a existência do Banco Nacional de Habitação. Porém, assim como exposto, a população de baixa renda não estava incluída nessas políticas, e por isso houve “expansão dos bairros de subempregados e desempregados – vivendo em precárias habitações e carentes dos mínimos serviços urbanos –, originados pela ocupação de terrenos alagadiços às margens dos rios Anil e Bacanga (...)” (BURNETT, 2011, p. 86).

Em 2010, a cidade era habitada por 1.014.837 pessoas e a proporção de pessoas ocupadas (ou seja, empregadas em trabalhos formais) em relação à população total era de 33,2%, segundo dados do IBGE (2010). Segundo Dias (2019, p. 23), o déficit habitacional dessa região era estimado em 238,6 mil moradias em 2012. Burnett (2011, p. 79) afirma que “metade de sua população vive atualmente em áreas irregulares – sem a propriedade jurídica da terra, em locais que representam risco para suas vidas ou classificados como de reservas ambientais – abrigados em moradias sem as mínimas condições de habitabilidade e segurança”.

O verso “onde a lama é a insurreição” foi utilizado por conta de um cenário recorrente em São Luís, cidade litorânea: as ocupações em áreas de mangue. Empreendidas apesar das regras urbanísticas que proíbem essa prática, podem ser entendidas como uma forma de rebeldia ante a segregação vivenciada por seus moradores. Assim, esse trabalho apresenta a formação de um bairro que se iniciou muito próximo a um manguezal: a Vila Palmeira.

3.2 Vila Palmeira – “*incrustada na lama dos manguezais*”

A frequente ocorrência e a expressiva dimensão de ocupações informais escancaram a realidade brasileira do grande número de bairros autoproduzidos. “De acordo com dados do IBGE (2010), a capital do estado do Maranhão apresenta um total de 232.912 pessoas

morando em 39 aglomerados subnormais. Esses dados, seguramente já defasados, demonstram a abundância deste tipo de ocupação no espaço urbano da cidade (...)” (DIAS et al., 2020, p. 252).

A Vila Palmeira, localidade estudada neste trabalho, é um dos bairros ludovicenses já consolidados que se originaram por meio deste tipo de ocupação. O verso escolhido para ilustrar, “incrustada na lama dos manguezais”, já explicita a origem do bairro como uma ocupação iniciada muito próxima a área de mangue e expressa a ideia de que essa comunidade, assim como todas as outras, é uma joia com potencial a ser lapidado.

Imagem 02: Delimitação do bairro Vila Palmeira.



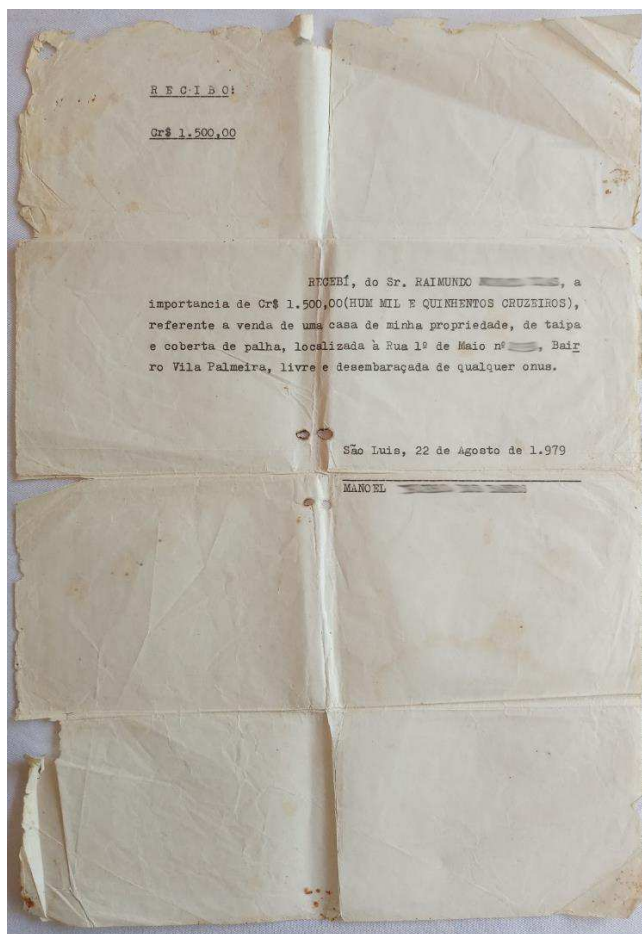
Fonte: Elaborado pela autora, utilizando delimitação proveniente da Unidade de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão (UEAC/SSPMA), 2020.

3.2.1 Histórico e tipologia da comunidade

Para obtenção dos objetivos propostos, foram realizadas entrevistas, além das leituras de referências bibliográficas. O perfil procurado foi o de moradores antigos, que chegaram ao bairro no seu início ou pouco após. Assim, a maioria dos entrevistados é migrante de cidades do interior do Maranhão, e contaram que a maior parte de seus vizinhos também tinha essa origem, constatando a afirmação de Cabral (1987, p. 97) de que a Vila Palmeira é uma das ocupações ludovicenses “compostas, em sua maioria, por migrantes de áreas empobrecidas do estado (...)”. De acordo com Luz (2004 apud RABÊLO, 2012, p. 65) e com

o relato de entrevistados, a comunidade surgiu no ano de 1969 e tinha como “sujeitos e forças políticas” o Governo do Estado e a Polícia Militar. Essa informação remete ao relato de dois entrevistados acerca de um sargento da Polícia que atuava no local, vendendo terrenos e orientando a ocupação, de quem uma moradora comprou seu terreno. Ainda segundo Luz (2004 apud RABÊLO, 2012, p. 65), a comunidade possuía 4.000 famílias, sendo uma das duas comunidades mais populosas dentre as principais surgidas durante o período de 1960 a 1990, contando 8.962 habitantes no ano de 1976 (CABRAL, 1987, p. 115). A força dessa população expressiva não escapava aos olhos políticos, que às vezes a privilegiavam em relação a outras comunidades: “a força política que representava a população de Vila Palmeira lhe valeu maior atenção por parte do poder público, que procurou direcionar sua ação em conformidade com a vontade popular, de modo que as necessidades reclamadas em grande parte foram atendidas.” (CABRAL, 1987, p. 116-117).

Imagem 03: Recibo de compra de uma casa na Vila Palmeira, datado de 1979.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

De acordo com o que foi coletado nas entrevistas, havia organização comunitária, que buscava infraestrutura, reconhecimento como bairro e outros recursos. Uma figura citada

por vários entrevistados é a de dona Raimunda Moura, uma líder comunitária. Também migrante do interior do estado, chegou à vila por volta de 1969, e foi a organizadora de diversas ações. Segundo contou sua filha, a moradora e seu marido foram os responsáveis por registrar a vila e seu nome, com apoio de um engenheiro, além de organizarem outras conquistas. Um exemplo é a obtenção de energia elétrica, que chegou no final de 1976: para obtê-la, era à casa de dona Raimunda que os moradores se dirigiam e se registravam, e era também lá que recebiam o material necessário para fazer a ligação elétrica (segundo uma entrevistada, esse material consistia em um suporte de madeira com uma chapa de ferro); outra ação notável é que em sua própria casa se localizava a primeira escola – e portanto, primeiro equipamento urbano – da Vila Palmeira, a Escola Desenvolvimento Brasileiro, onde eram lecionadas (por suas filhas) aulas de supletivo e de alfabetização para adultos e crianças: “por reconhecer a necessidade de alfabetizar crianças do bairro, recorreu ao candidato ao governo do estado da época, Dr. Nunes Freire, e com benefícios e contribuições e apoio da dona Delci Freire, sua esposa, foi criado o Jardim de Infância ‘Delcy Nunes Freire’”². Antes de escola, a mesma casa era também um Centro Comunitário. Na imagem abaixo, nota-se que nesta época a casa ainda era construída em taipa e outros materiais improvisados.

Imagem 04: Escola (e antigo Centro Comunitário) Desenvolvimento Brasileiro, com anotação da própria moradora datando a foto de março de 1971.



Fonte: Acervo da família de Raimunda Moura.

² Informação concedida por Raimunda Moura Filha, uma das filhas de dona Raimunda, em março de 2021.

A escola também recebia verbas da Arquidiocese do Maranhão, sediada na Igreja da Sé; desta instituição, e de padres alemães, dona Raimunda também recebia doações de roupas, que eram distribuídas entre os vizinhos. Logo, percebe-se que, além de políticos e militares, entidades religiosas também estiveram presentes nos anos iniciais do bairro.

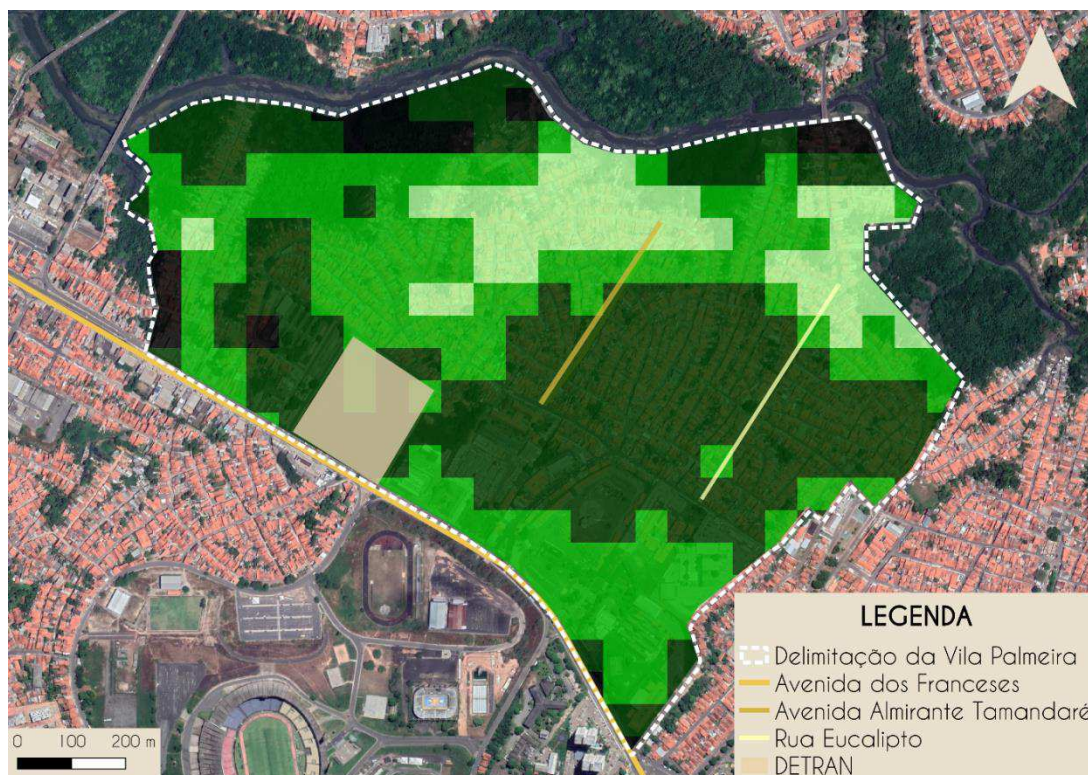
Imagem 05: Mapa de locais apontados como possíveis núcleos iniciais.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em entrevistas, 2021.

Três locais foram apontados como núcleo formador do bairro: o entorno do fim da avenida Almirante Tamandaré, a área que atualmente se localiza atrás do DETRAN e os arredores do final da rua Eucalipto, onde antigamente havia a única farmácia do bairro e a feira, antes dessa ser realocada na avenida Projetada, principal via de acesso da Vila Palmeira. Embora não se tenha chegado ao consenso sobre um único núcleo inicial, os entrevistados foram unânimes em afirmar que os ocupantes procuravam “se esconder”. As imagens de satélite sustentam a hipótese de que a ocupação foi iniciada nos arredores da rua Eucalipto e da avenida Almirante Tamandaré, áreas mais afastadas da Avenida dos Franceses, começando mais próxima ao mangue e avançando, com o passar dos anos, em direção à Avenida. Nota-se também que a rua e a avenida se destacam na malha urbana do bairro, o que também argumenta a favor de sua relevância como vias importantes.

Imagem 06: Situação da vegetação natural da área, no ano de 1974.



Fonte: Elaborado pela autora, com base em imagens de satélite LANDSAT, 2021.

O mapa acima, feito com base em uma imagem de satélite do ano de 1974 (cinco anos após o início da chegada de ocupantes), utiliza a situação da vegetação da área para expor a ocupação: a intensidade da cor verde é proporcional à densidade arbórea e arbustiva, ou seja, onde está mais forte, há mais cobertura vegetal. Essa imagem, por conta das limitações da tecnologia da época, possui um desvio (o que explica uma indicação errônea de ocupação em cima da linha de água do Rio Anil e de desmatamento de vegetação que ainda atualmente está preservada) e não delimita corretamente as fronteiras de cada categoria, de modo que se pode apenas ter uma ideia de quais áreas se encontravam menos ou mais ocupadas. Ainda assim, fazendo a correção desse desvio, é possível constatar que as duas áreas citadas como núcleos iniciais realmente estavam mais desmatadas que outras, o que pressupõe ação antropológica mais intensa e, portanto, maior ocupação. Também nota-se que havia uma vegetação mais densa entre a área ocupada e a Avenida dos Franceses. A ação de iniciar ocupações em áreas mais afastadas e escondidas da vista dos transeuntes é recorrente em ocupações informais e visa evitar embates com forças maiores:

essa localização distante era uma dificuldade, em relação ao acesso, mas também pode ser entendida como uma vantagem: ao não se mostrar, estando ainda em caráter de aglomerado recente e frágil, a comunidade se protegeu de possíveis ações de

desapropriação e demolição das moradias construídas, ainda em taipa (DIAS *et. al*, 2020, p. 258)

Ainda com o objetivo de evitar conflitos, também é comum que sejam ocupadas áreas que não são interessantes para o circuito imobiliário, como Áreas de Preservação Ambiental. No caso da Vila Palmeira, as áreas inicialmente ocupadas estão bem próximas ao mangue, motivo pelo qual alguns terrenos precisaram ser aterrados. Segundo os entrevistados, a comunidade teve uma ocupação rápida e já em meados de 1970 sua área se encontrava bastante ocupada. Esse processo acelerado também pode ser constatado por meio do mapa já apresentado, que mostra que a vegetação compreendida dentro da delimitação já havia sido consideravelmente devastada.

Sobre as características do bairro, à época do início da ocupação, os moradores antigos contam que havia grande variedade de árvores, como palmeiras, pés de eucalipto, bananeiras, pés de maracujá, mangueiras, entre outras; acerca da infraestrutura urbana: “um simples caminho feito a facão, (...) sem água, luz, e nada de saneamento básico (...) tinha uma única entrada que era na Avenida dos Franceses e o único meio de transporte era no bairro da Alemanha ou no bairro da Santa Cruz”³.

Imagem 07: Avenida Almirante Tamandaré, com ônibus no ponto final da linha Cema Detran.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

³ Informação concedida por Raimunda Moura Filha, uma das filhas de dona Raimunda, em março de 2021.

Vale expor que atualmente o bairro conta com duas linhas de ônibus, a CEMA/DETRAN, cujo ponto final fica na Avenida Almirante Tamandaré, e a Vila Palmeira, com ponto final na Rua Eucalipto.

Imagem 08: Rua Eucalipto.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Considerando a categorização de comunidades feita por Kapp (2012), a Vila Palmeira se enquadra na classificação tipológica Aglomerados, que possui as características

de parcelas e arruamento geometricamente heterogêneos (orgânicos); irregulares e de difícil regularização fundiária e urbanística; ocupados com edificações bem diversificadas; produzidos externamente ao mercado imobiliário formal; bastante heterogêneos, combinando habitação e atividades produtivas de pequeno porte; socialmente mais coesos do que outros tipos; embora haja conflitos, há também uma história comum que pode criar laços de solidariedade. (KAPP, 2012, p. 15)

A autora ainda destrincha essa categoria em três, das quais duas concernem ao caso particular da localidade estudada: aglomerados frágeis e aglomerados consolidados. O segundo subtipo, Aglomerado consolidado, é o mais adequado às características do bairro, até por esse ser uma comunidade de mais de 50 anos:

Moradores predominantemente de baixa renda; Áreas de ocupação difícil; Ocupação paulatina e relativamente antiga; Usos muito heterogêneos; Estrutura urbana e infraestrutura autoproduzidas; Edificações heterogêneas, padrão simples, por vezes inadequadas; Adensamento construtivo crescente; Áreas públicas escassas; Convívio e lazer nas vias, praças e espaços residuais; Irregularidade fundiária e urbanística generalizada; Coesão social, mobilização coletiva, história comum. (KAPP, 2012, p. 15)

Imagem 09: Área de ocupação antiga e consolidada.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Da outra subcategoria destacada, Aglomerado frágil, Kapp (2012, p. 15) aponta:

Moradores de baixa renda; Áreas de risco ou não consolidáveis (linhas de transmissão, faixas de domínio, risco geológico); Ocupação relativamente recente; Usos heterogêneos, relacionados à localização; Autoconstrução de estrutura urbana e edificações; Muitas edificações improvisadas ou inadequadas; Convívio e lazer nas vias e em espaços residuais; Irregularidade fundiária e urbanística generalizada; Coesão social e mobilização coletiva.

Imagem 10: Área de ocupação relativamente recente, com palafitas ao fundo.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Explicitando algumas dessas características na realidade da Vila Palmeira, tem-se: a diferença exposta em relação ao fator renda nos aglomerados frágeis e nos consolidados se traduz, no bairro, pelo aumento da renda média dos seus moradores antigos, em relação às condições iniciais; sobre as áreas públicas, de lazer, e acerca da estrutura urbana e infraestrutura autoproduzidas, tem o fato de que as ruas são, em sua maioria, estreitas e sinuosas, com lotes estreitos e compridos, características recorrentes de espaços autoproduzidos e ocupações informais; e pode-se citar também que antes do provimento de água pela rede geral, iniciado em 1983, os moradores utilizavam poços. A maioria das vias possui recapeamento asfáltico, mas não há sarjetas nem sistema de drenagem de água pluvial, e é comum que as fachadas das casas estejam bem próximas à rua, sem afastamentos, o que caracteriza irregularidade urbanística. Não há espaços de uso coletivo como praças, parques ou quadras de esportes, e por isso atividades lúdicas e esportivas são realizadas no espaço da rua. A arborização urbana também é inexistente (mas há que se citar que algumas ruas do bairro dão vista para a vegetação de mangue, como pode ser observado na Imagem 05). Como mais um exemplo de mobilização social, há a Igreja de São Raimundo Nonato, que foi construída pelos moradores em regime de mutirão. A igreja se localiza em área de manguezal, e nos seus anos iniciais alagava com as marés. O entulho para aterro do terreno foi conseguido por vários moradores que solicitavam, em empresas de construção por exemplo, que os resíduos fossem depositados na área. De início era apenas uma capela de taipa, e posteriormente a edificação de alvenaria foi construída.

Imagem 11: Igreja de São Raimundo Nonato atualmente.



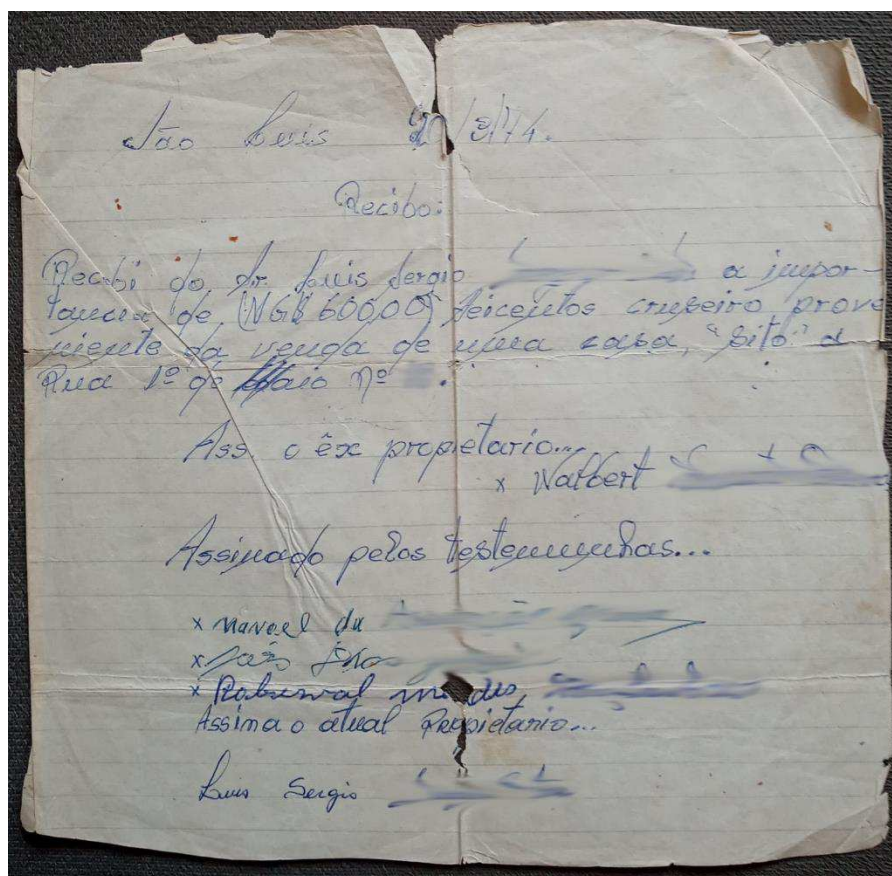
Fonte: Acervo da autora, 2021.

Outro motivo de ambas as subcategorias citadas se relacionarem com o bairro é que, além de algumas condições terem sofrido mudanças - como o aumento da média de renda dos moradores - o bairro continua em expansão, o que faz com que haja tanto áreas de ocupação antiga (consolidadas) quanto áreas mais recentes (frágeis), que naturalmente apresentam características diferentes; mesmo a comparação entre aglomerados de mesmo tipo mas de distintas épocas pode trazer à tona múltiplas conformações, por conta da diferença de contextos sociais, econômicos e políticos.

3.2.2 Moradias

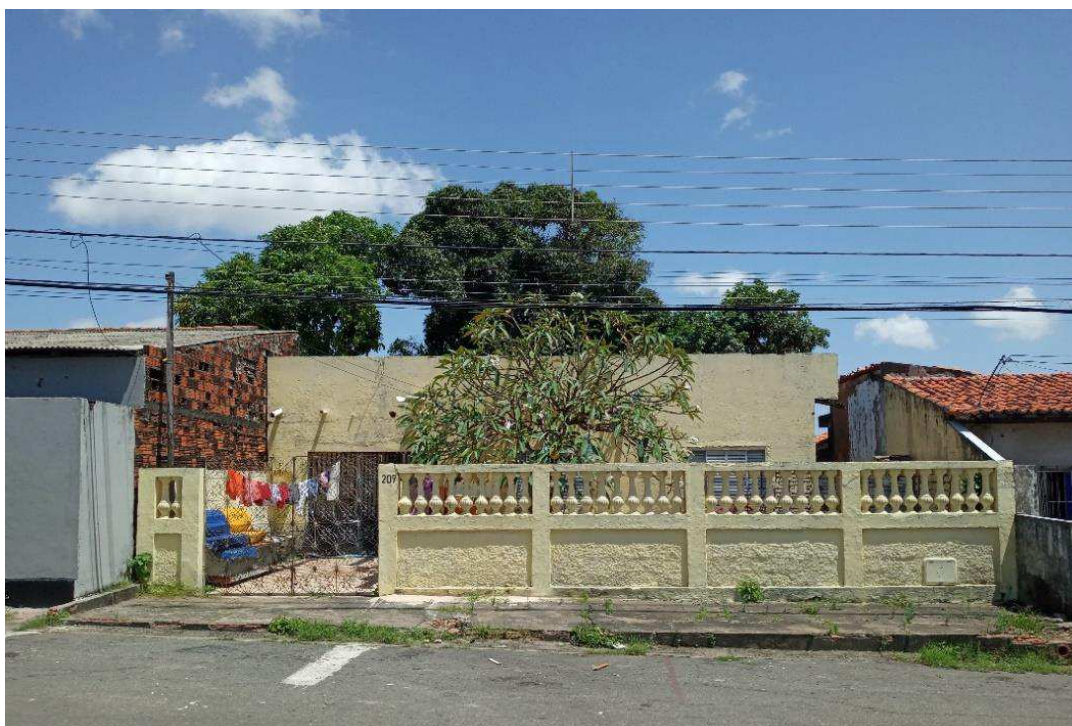
No início da ocupação, segundo os entrevistados, as casas eram todas de taipa, feitas com terra extraída do próprio local, e cobertas com palha. Com o passar dos anos e o aumento de renda das famílias, essas casas foram paulatinamente substituídas por moradias de alvenaria, com revestimentos cerâmicos, esquadrias de metal, madeira, entre outros materiais, que são hoje maioria no bairro. As casas visitadas se localizam em duas partes: uma já consolidada e outra mais recente. Adiante, começando pelas localizadas no núcleo antigo, serão expostas essas moradias, assim como informações sobre seus moradores e a construção das casas.

Imagem 12: Recibo de compra de terreno na Vila Palmeira, datado de 1974.



A proprietária original da casa 1 chegou ao bairro em 1969, vinda do interior do estado. A casa, que foi construída pelo seu esposo e vizinhos em sistema de mutirão, era inicialmente feita de taipa e materiais improvisados. Uma de suas filhas contou mais detalhadamente: a casa era “um barracão de taipa coberta de palha, sem quarto, cheio de redes atravessadas à noite e com um banheiro cercado de palha e dividido de um lado, por um buraco fundo chamado sentina; em sua lateral, a parte mais ampla, era reservada para o banho e ficava fora da casa”. Já foi uma edificação de uso misto pois antigamente, além de servir como moradia, era também um centro comunitário e abrigou uma escola. A moradia atual, de alvenaria, teve sua construção orientada por um engenheiro.

Imagem 13: Fachada da casa 1.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

O morador da casa 2 reside no bairro desde 1970, vindo do interior. Acredita que o antigo proprietário, de quem comprou o terreno, tenha participado da ocupação. Ele mesmo construiu a casa em taipa e a cobriu com palha, mas a construção em alvenaria foi feita por pessoal contratado, pagos por diária. Como trabalha como comerciante, habita a parte do fundo da edificação, pois na frente há a quitanda, caracterizando uma edificação de uso misto.

Imagem 14: Fachada da casa 2.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

Convidado por uma parente, que viu que a casa (ainda apenas um cômodo coberto de palha) estava à venda, o morador da casa 3 chegou ao bairro no ano de 1974, mas só se mudou para lá em 1976; enquanto isso, deixou uma contrerrânea a ocupando, também com o objetivo de que a moradia não fosse tomada. Comprou de um antigo morador, que ocupou o terreno, e após a mudança a expandiu (construindo em taipa), por meio de mutirão feito nos fins de semana com amigos.

A casa tem três pavimentos e se localiza no lado da rua que fica próximo ao mangue (e que segundo uma entrevistada, pertence à União, enquanto o resto do bairro pertencia ao Estado), motivo pelo qual há uma expressiva declividade, fazendo com que esta e várias outras casas desse lado tenham pelo menos dois andares, embora às vezes apenas um seja visto da rua. O morador contou que houve a possibilidade de aumentar a largura do terreno quando lhe foi orientado, pelo Sargento anteriormente citado, dividir um terreno lateral com um vizinho; convenientemente, um operador de máquina de terraplenagem, que estava tirando entulho da rua, depositou o material nesse declive, deixando o terreno mais plano. Aí se desenrolou uma situação que ilustra bem o sentimento de solidariedade observado nessas comunidades: uma mulher ocupou a parcela que seria dividida e construiu uma pequena casa para morar com seus

filhos, e o entrevistado e seu vizinho, que iriam dividir o terreno, decidiram ceder o terreno a ela.

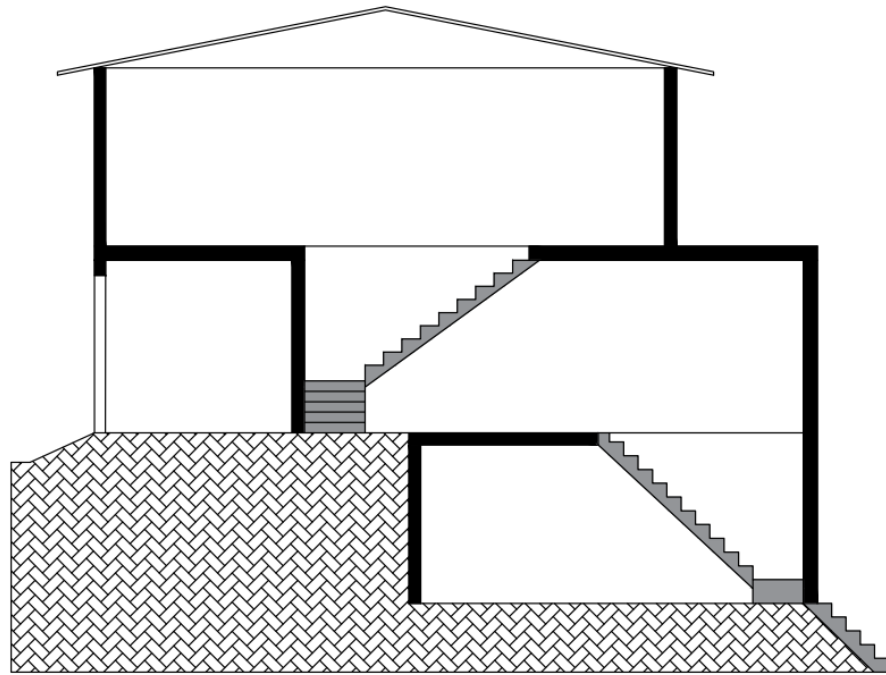
Imagem 15: Fachada da casa 3.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

A casa atual, de alvenaria, começou a ser construída 10 anos depois da chegada ao bairro, primeiramente pelo cunhado, que era pedreiro (e recebeu pagamento simbólico, numa relação de favor); posteriormente a mão de obra foi de pedreiros contratados. Este morador foi um dos que participaram do mutirão para construção da igreja e assim como outros moradores, solicitou entulho para o aterro do terreno, na empresa de construção onde trabalhava.

Imagem 16: Desenho esquemático do declive⁴.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Migrante do interior, a moradora da casa 4 chegou ao bairro em 1970 e era uma das mais atuantes da antiga associação. Sua casa era de taipa e alguns materiais improvisados, com cobertura de palha. Essa casa foi construída por ela e seu marido, tirando terra e madeira do próprio local, com ferramentas emprestadas por vizinhos. O terreno foi invadido, e pôde ser posteriormente alargado porque um vizinho cedeu um pedaço de terra.

⁴ O desenho não mostra os cômodos da casa, apenas a implantação desta no terreno e seus pavimentos.

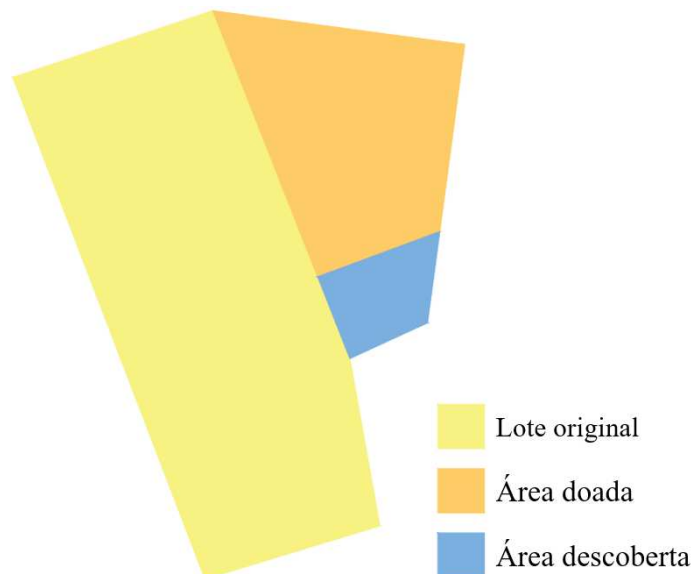
Imagem 17: Fachada da casa 4.



Fonte: Acervo da autora, 2021.

A casa de alvenaria foi inicialmente construída pelo marido, que embora estivesse trabalhando na época como motorista, já havia sido ajudante de pedreiro e aprendeu o ofício; depois a construção foi feita por pedreiros contratados. A parte cedida pelo vizinho possibilitou espaço para a criação de um terraço coberto com uma abertura no telhado, que possibilita certa iluminação e ventilação naturais para alguns cômodos. A moradora contou que a abertura da rua foi possível porque um vizinho deixou que seu terreno fosse cortado, e que as casas do bairro que não eram imediatamente ocupadas eram derrubadas.

Imagem 18: Croqui esquemático do terreno da casa 4.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

A moradora da casa 5, atualmente aposentada, chegou ao bairro em meados de 1974. De início, ia à comunidade acompanhar uma tia, e após a mudança desta comprou, do Sargento, um terreno com o então namorado. O casal não pretendia ainda se mudar para o local, mas por conta de serem apressados pelo vendedor, que exigia ocupação imediata, pagaram a um vizinho para construir um cômodo de taipa, já que eram impossibilitados de construir por causa do pouco tempo vago (ambos trabalhavam: ela como trabalhadora doméstica e ele como motorista). A madeira foi comprada e a terra foi tirada do próprio terreno. Anos depois, separada do marido, precisou morar em uma casa alugada enquanto uma nova era construída, depois que a de taipa ruíu.

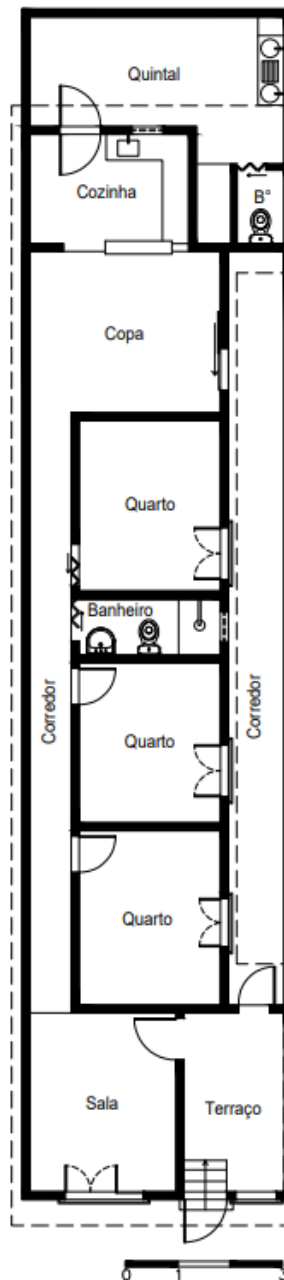
Imagem 19: Fachada da casa 5.



Fonte: Acervo do Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (LATESE), 2019.

Essa nova casa, de alvenaria, foi feita por mão de obra contratada e a construção aconteceu aos poucos, com recursos primeiramente providos pelo seu próprio trabalho. Durante uma época em que esteve desempregada, recebeu ajuda dos vizinhos para manter os filhos, depois de seu marido ter abandonado a família.

Imagem 20: Planta baixa da casa 5.

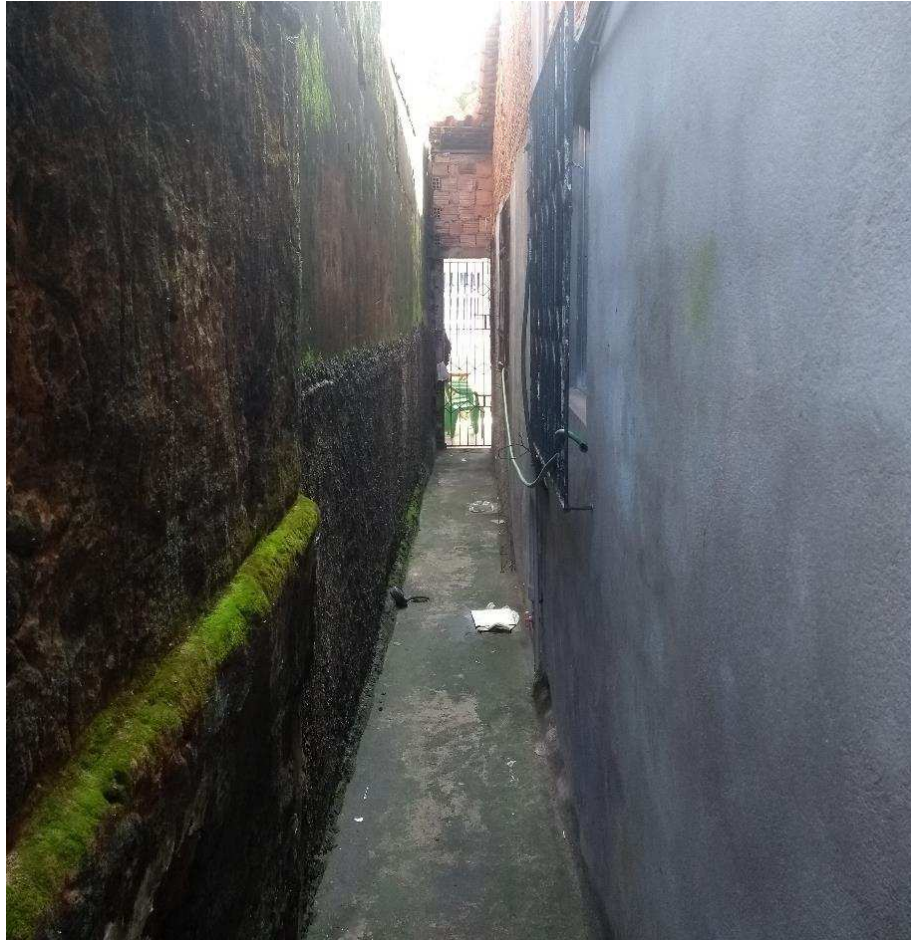


Fonte: Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (LATESE), 2019.

Com o passar dos anos, os recursos para compra de material e pagamento de mão de obra para a construção da casa começaram a ser providos pelos filhos, conforme estes começaram a trabalhar. Essa moradia possui uma característica que a destaca dentre a maioria das casas do bairro, que normalmente estão localizadas em terrenos estreitos e compridos:

A planta baixa desta moradia foi trazida de Marabá pelo esposo da moradora. Porém, não foi construída exatamente como o desenho, pois a cozinha foi trocada de lugar, sendo colocada nos fundos da casa. É um caso especial, pois apesar de se localizar numa comunidade formada por lotes estreitos, e estar inserida em um lote com essa mesma característica, possui um corredor aberto na lateral, o que permite que todos os cômodos recebam luz e ventilação natural. (DIAS, 2019, p. 80-81)

Imagem 21: Corredor externo na casa 5.



Fonte: Acervo do LATESE, 2019.

Abaixo são expostas duas moradias localizadas em uma área de ocupação recente. As entrevistas foram realizadas em maio de 2019, na vigência da pesquisa A Moradia Popular Autoconstruída na Mesorregião Norte, Maranhão: Regime de Propriedade, Modos de Produção, Morfologia e Tipologia Urbana e Rural, do Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (LATESE).

O morador da casa 6 nasceu no bairro e mora na casa desde 2018, com a esposa e uma filha pequena. Na época da entrevista estava desempregado (antes trabalhava como auxiliar de estacionamento) e sua esposa trabalhava como vendedora auxiliar em uma loja. O terreno foi comprado e fica muito próximo ao Rio Anil; por alagar quando a maré está cheia, o nível da casa estava sendo aumentado. A moradia, cuja construção durou 25 dias, foi construída por ele, com madeira comprada e coberta com telhas de fibrocimento. O abastecimento de água é feito pela rede geral e não há esgotamento sanitário. O lixo é coletado ou jogado no rio.

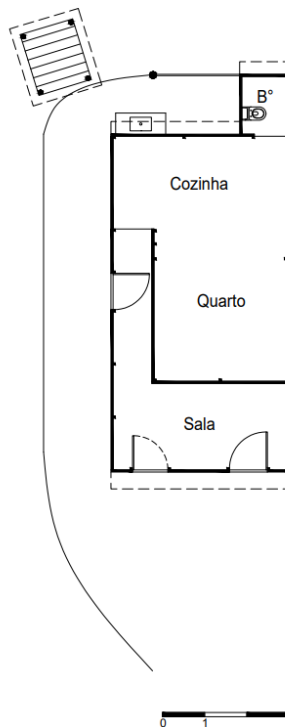
Imagem 22: Fachada da casa 6.



Fonte: Acervo do LATESE, 2019.

A testada do terreno tem 8 metros, uma largura maior que a média observada no núcleo antigo do bairro, e a casa possui 4 cômodos, divididos por divisórias baixas de madeira e tecidos. Possui uma pequena sala, uma cozinha, um banheiro e um quarto, que é dividido pelo casal e a criança. Do lado de fora, nos fundos, há a lavanderia e a casa da cachorra, feita como uma palafita.

Imagem 23: Planta baixa da casa 6.



Fonte: Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (LATESE), 2019.

Residente no local desde 2013, a moradora da casa 7 é natural de Rondônia. Estava desempregada e mora com o marido, que faz bicos. Os dois são dependentes químicos e por isso recebem ajuda da família do esposo, que doou o material de construção e ajudou a construir. O terreno foi comprado e a casa, cuja construção durou uma semana, é uma palafita em terreno aterrado, feita de madeira e coberta de telhas de fibrocimento.

Imagem 24: Fachada da casa 7.



Fonte: Acervo do LATESE, 2019.

A moradia consiste em um cômodo que é utilizado como sala, quarto e pequena cozinha. Não há banheiro, e por isso utilizam o da casa dos sogros. O abastecimento de água é feito pela rede geral e não há esgotamento sanitário.

Imagem 25: Planta baixa da casa 7.



Fonte: Laboratório de Análise Territorial e Estudos Socioeconômicos (LATESE), 2019.

O lixo é depositado na rua perpendicular à da moradia, onde o caminhão faz a coleta. No quintal da casa passa o Rio Anil, e uma grande quantidade de lixo fica acumulado nessa área.

Imagem 26: Resíduos sólidos nos fundos da casa 7.



Fonte: Acervo do LATESE, 2019.

Finalizada a exposição das casas, é possível perceber pontos comuns nas histórias de vida dos moradores e nos percursos das construções de suas casas. Dos moradores das casas localizadas na área mais antiga, pode-se elencar: locais de origem semelhantes (cidades do interior), atividades ocupacionais cujas remunerações costumam ser baixas (pequeno comerciante, empregada doméstica, mecânico, motorista, torneiro mecânico, entre outras), casos de solidariedade entre vizinhos (seja como doador ou receptor) e participação nas mobilizações conjuntas por melhorias no bairro.

Kapp (2012, p. 15) cita o fator história de vida comum dos moradores como uma característica dos aglomerados “que pode criar laços de solidariedade” e Maricato (1982, p. 73) aponta que “a solidariedade, quando existe, é uma determinante para a sobrevivência”. Essas afirmações remetem a duas situações expostas: a do terreno cedido a uma ocupante, por dois moradores que iriam dividi-lo, e a da moradora que foi auxiliada pelos vizinhos quando perdeu o emprego e precisava manter os filhos. Ainda falando em solidariedade entre vizinhos, há a busca da antiga associação de moradores não apenas por infraestrutura urbana, mas também por doações de vestimentas para quem estava em situação de maior necessidade.

Comparando-se as moradias antigas e as recentes, percebe-se que as últimas são construídas com madeira e materiais improvisados, assim como acontecia no início da ocupação, e também começam com a construção de um único cômodo, que depois é dividido ou expandido.

Embora não tenha sido possível fazer levantamento arquitetônico de todas as moradias para expor suas plantas baixas, por conta das medidas de segurança em relação à pandemia da Covid-19, é possível perceber que a tipologia mais recorrente de casas é a de dois pavimentos e isso pode ser explicado pela forma dos lotes:

Com os lotes originalmente desenhados sem considerar normas urbanísticas, o bairro possui a maior parte de suas casas estreitas e compridas, sem afastamentos laterais e com poucos cômodos providos de ventilação e iluminação naturais. Essas características são consequências da tentativa de aproveitamento máximo da área do lote, recurso que depois de exaurido deixa como última possibilidade de expansão da moradia a construção de mais um pavimento. (DIAS *et al.*, 2020, p. 259)

Essas características morfológicas de lotes e moradias são recorrentes em comunidades autoproduzidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou a formação do bairro Vila Palmeira. Para isso, iniciou-se com a apresentação das legislações de propriedade fundiária no Brasil e das políticas habitacionais empreendidas até o fim dos anos 1970, sempre relatando o contexto político e social das épocas, para contextualizar as situações que levam a população de baixa renda a recorrer à autoprodução.

Com as informações apresentadas no primeiro capítulo, que apresenta as legislações fundiárias já empreendidas no Brasil, constata-se que desde sempre é possível relatar a falta de amparo aos pequenos proprietários ou camponeses, grupos ignorados no circuito de provimento de terras, e a conivência dos agentes estatais para com práticas que favorecem o acúmulo de propriedades por parte de grandes latifundiários. Outra observação a ser apontada é que os poderes políticos que parecem intrínsecos à propriedade da terra foram inicialmente providos pelo governo.

Com a mudança de paradigma econômico e consequente ascensão da classe industrial como nova elite, houve rearranjos nas dinâmicas econômica e territorial do país. Um fator interessante é que essa nova elite procurou se aliar à já existente, e além dos motivos citados para isso, talvez houvesse também a intenção de que esta (a elite rural) fosse um braço de dominação mais presente no campo, enquanto a elite industrial atuava mais na cidade. Outra observação a ser feita é que se pode afirmar que uma elite alimentava a outra: ao ter o controle das terras e diminuir as possibilidades de trabalho dos pequenos camponeses, e assim consequentemente estimular o êxodo rural, a elite agrária criava mão de obra barata para a indústria, já que essa massa migrante ia para as cidades ocupar as fábricas. Como uma grande oferta de mão de obra causa salários baixos para a categoria, a isso logo se relaciona as remunerações insuficientes que não davam conta de prover habitação para os trabalhadores. A partir disso podem ser elencados três conceitos cujas características e variações resumem os nove fatores de diferenciação entre os meios urbano e rural: território, população e trabalho.

Com a chegada dessa massa populacional às cidades, e sua dificuldade de inserção no mercado habitacional, os governos brasileiros empreenderam programas habitacionais para tentar sanar este problema. Sobre as origens da habitação social no Brasil, verifica-se que estas estavam articuladas com o “embrião de um projeto de sociedade e de desenvolvimento nacional e sua arquitetura refletia tal preocupação” (BONDUKI, 1998, p. 163). Foram expostos os Institutos de Aposentadoria e Pensões, a Fundação da Casa Popular e o Banco Nacional de

Habitação. Um indício do poder da elite industrial é que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários era o mais influente dentre os IAPs, na questão habitacional, e inclusive teve poder suficiente para minar as ações da Fundação da Casa Popular. Nenhum dos três programas citados ocasionou mudança no perfil da política habitacional brasileira, nem mesmo o BNH, que teve um grande número de unidades produzidas. Além do mais, todos falharam em atender a população de baixa renda, voltando suas ações para as classes média e alta, e respondendo aos interesses do mercado privado. Assim, surgem os aglomerados subnormais, comunidades populares cujos espaços urbanos, moradias e espaços de uso coletivo são comumente autoproduzidos.

O bairro da Vila Palmeira, localidade cuja formação foi analisada neste trabalho, foi formado dentro desse contexto de urbanização do país, e algo muito ilustrativo é o nome da primeira escola do bairro, que sintetiza muito bem o cenário político da época: Escola Desenvolvimento Brasileiro. As primeiras casas foram construídas em taipa e muitas em regime de mutirão, e é possível afirmar que essas são heranças da origem rural de seus habitantes. Atualmente, observa-se que uma grande quantidade das casas do bairro possui dois pavimentos, o que é explicado pelas dimensões dos lotes, majoritariamente estreitos e compridos.

A configuração espacial das localidades influencia a forma dos espaços construídos, viabilizando, forçando ou dificultando certas disposições morfológicas das moradias. (...) “Neste contexto, a laje tem uma posição extremamente privilegiada, por garantir uma provisão de ‘solo’ disponível, plano, estável, regular, com propriedade incontestável(...) (LOBOSCO, 2009, p.33 apud DIAS et al., 2020, p. 259).

Nos anos recentes, a ocupação voltou às proximidades do mangue e até mesmo acontece neste, o que pode ser explicado pelo fato de as áreas em “terra firme” já estarem densamente ocupadas; além disso, é provável que não seja mais possível a ocupação dentro do perímetro consolidado, pois é de se supor que todos os terrenos dessa área já tenham dono.

Sobre o provável futuro – e até mesmo presente – das ocupações informais, “a atual conjuntura econômica do país, com a precarização das relações trabalhistas e o aumento da pobreza observado nos últimos meses” (DIAS et al., 2020, p. 266) apontam para a continuação do crescimento destas, em grande escala, já que o principal fator causador da necessidade da autoprodução, o baixo salário, ainda é realidade para grande parte dos brasileiros. Como analisado por Maricato (2003, p. 82 apud DIAS et al., 2020, p. 266), essas comunidades “(...) continuarão a se reproduzir enquanto o mercado privado e os governos não apresentarem alternativas habitacionais”. E como disse a banda Chico Science & Nação Zumbi em 1996, “a cidade não para, a cidade só cresce”.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, S.; ANDRADE, L. A. G. DE. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação**. [s.l: s.n.].
- BARON, M. C. P. A PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO E OS CONJUNTOS HABITACIONAIS DOS INSTITUTOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - IAPs. **Revista Tópos**, v. 5, n. 2, p. 102–127, 2011.
- BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. **Estação Liberdade**, p. 342, 1998.
- BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850: dispõe sobre as terras devolutas do império (Lei de Terras). **Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm> Acesso em 11/03/2021**, 1850.
- BURNETT, F. L. São Luís por um Triz: Escritos urbanos e regionais. In: **Editora UEMA**. [s.l: s.n.]. p. 114.
- CABRAL, M. T. A AÇÃO EDUCATIVA DOS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES PERIFÉRICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS - 1971-74 E 1976-78: Uma visão crítica. **Dissertação. Departamento de Filosofia da Educação. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.**, p. 145, 1987.
- CARVALHO (ORG.), M. C. M. DE. **Construindo o Saber - Metodologia Científica, Fundamentos e Técnicas**. São Paulo: Papirus Editora, 1998.
- DIAS, JÉSSICA C.; ARAÚJO, MARCELLE C.; RAMOS, CATHERINE P.; PIMENTA, A. M. G. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM UMA OCUPAÇÃO INFORMAL: O caso de Vila Progresso em São Luís. In: **Anais do VI SINARUB - Simpósio Nacional o Urbano e o Rural no Brasil**. [s.l: s.n.]. p. 251–269.
- DIAS, J. C. A MORADIA POPULAR AUTOCONSTRUÍDA NA MESORREGIÃO NORTE, MARANHÃO: Regime de Propriedade, Modos de Produção, Morfologia e Tipologia Urbana e Rural. **Relatório final de pesquisa. Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão.**, p. 97, 2019.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. [s.l: s.n.]. v. 12^a
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6^a ed. [s.l.] Editora Atlas, 2008.
- JAHNEL, T. C. AS LEIS DE TERRA NO BRASIL. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 65, p. 105–116, 1987.
- KAPP, S. Uma tipologia de espaços cotidianos. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, v. 15, p. 5–20, 2012.
- MARICATO, E. **A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**, 1982.
- MAUTNER, Y. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: **O processo de urbanização no Brasil**. EDUSP. [s.l: s.n.]. p. 245–259.
- NOGUEIRA, P. Discutindo a lógica da autoprodução de moradias. **Revista Oculum Ensaios, Campinas: Revista do programa de pós-graduação em urbanismo**, v. 10, p. 57–72, 2013.
- PAULA, E. DE; MENDES, P. Rural/urbano e campo/cidade: características e diferenciações em debate. n. 2000, p. 1–22, 2007.

PINHEIRO, F. J. Deficit habitacional no Brasil – 2016-2019. **Fundação João Pinheiro. – Belo Horizonte: FJP**, p. 169, 2021.

RABÊLO, R. DE L. DIREITO À CIDADE CAPITALISTA: da luta popular pela terra ao impasse no acesso à propriedade e aos serviços públicos na Cidade Olímpica em São Luís-MA. **Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2012.**, p. 156, 2012.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. [s.l: s.n.]. v. 3ª edição

SHIMBO, L. Z. Habitação Social, Habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. p. 363, 2010.

SILVA, D. S. DA. PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA – PRONERA: uma investigação sobre os projetos desenvolvidos pela Universidade Federal do Maranhão entre os anos de 1999 - 2015. **Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia**, n. June, p. 137, 2016.

SILVA, E. L. DA; MENEZES, E. M. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. **Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC**, v. 4a edição, p. 138, 2005.

SOUZA, C. R. P. DE. POLÍTICA DE HABITAÇÃO RURAL NO MARANHÃO: DA MORADIA CAMPONESA À “CASA DO GOVERNO”. **Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA**, p. 198, 2017.

SPOSITO, M. E. B. A Urbanização Pré-Capitalista. In: **Capitalismo e Urbanização**. [s.l: s.n.]. p. 80.

TRECCANI, G. D. O título de posse e a legitimação de posse como formas de aquisição da propriedade. **Procuradoria Geral do Estado do Pará. Acesso em 04/03/2021**, p. 33 p., 2009.

VARGAS, H. Manguetown: a cidade de Recife nas canções de Chico Science & Nação Zumbi. **Comunicação & Inovação, PPGCOM/USCS**, v. 16, n. 32, p. 59–72, 2015.



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
MARANHÃO

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL
TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO
<http://repositorio.uema.br/>

1 DADOS DO AUTOR

Nome: Jéssica Costa Dias _____

Curso/Departamento: Arquitetura e Urbanismo _____ CPF: 024.281.253-89 _____

E-mail: jess97dias@gmail.com _____ Telefone: (98) 984002495 _____

2 IDENTIFICAÇÃO DO DOCUMENTO

Tipo de documento:

(X) Monografia de graduação () Monografia de especialização () Dissertação () Tese

() Livros () Artigo de periódico () Outro, informar qual: _____

Título do documento: AUTOPRODUÇÃO POR UMA QUESTÃO DE CLASSE: o bairro Vila
Palmeira em São Luís (MA) _____

Local: São Luís _____ Ano: 2021 _____

Orientador: Profa. Esp. Nairama Pereira Barriga Feitosa _____

Co-orientador: - _____

3 ESPECIFICAÇÕES PARA LIBERAÇÃO ON LINE

- a) Liberação imediata (X)
- b) Liberação a partir de 1 ano ()
- c) Liberação a partir de 2 anos ()
- d) No aguardo do registro de patente ()

4 PERMISSÃO DE ACESSO

Na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho acima citado, **autorizo** a Biblioteca Digital da Universidade Estadual do Maranhão a disponibilizar gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, o referido documento de minha autoria, em formato PDF, para leitura, impressão e/ou download, conforme permissão assinalada.

São Luís, 10 de maio de 2021.

Assinatura do autor



A AUTOPRODUÇÃO, MEIO COMUM DE OBTENÇÃO DA CASA PRÓPRIA NO BRASIL, É DEFINIDA COMO O PROCESSO EM QUE OS PRÓPRIOS MORADORES, SEM A AJUDA DE TÉCNICOS (COMO ARQUITETOS E ENGENHEIROS), GEREM A CONSTRUÇÃO DE SUAS CASAS. RECORRENTE NA REALIDADE BRASILEIRA, ESSA PRÁTICA É COMUMENTE UTILIZADA PELA CLASSE TRABALHADORA E ORIGINA TAMBÉM BAIRROS POPULARES, MUITO PRESENTES NOS AMBIENTES URBANOS BRASILEIROS; PORTANTO, SEU ENTENDIMENTO É DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA A DOCUMENTAÇÃO DOS MODOS DE VIVER DA POPULAÇÃO. ASSIM, O OBJETIVO PRINCIPAL DESTES TRABALHOS É APRESENTAR O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO BAIRRO AUTOPRODUZIDO VILA PALMEIRA, LOCALIZADO EM SÃO LUÍS, CAPITAL DO MARANHÃO, E EXPOR OS PROCESSOS DE AUTOPRODUÇÃO DE MORADIAS NELE ENCONTRADOS. AO TEXTO, FORAM CONTEXTUALIZADOS TRECHOS DE MÚSICAS DO GRUPO CHICO SCIENCE & NAÇÃO ZUMBI, BANDA RECIFENSE QUE RETRATOU, EM SUAS CANÇÕES, AS QUESTÕES SOCIAIS E URBANAS AQUI EXPOSTAS.